

Soc. 37



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A inserção profissional dos licenciados em Sociologia
formados em 2002 pela UEM**

Supervisora: Prof^a. Doutora Nair Teles

Autor: Fernando Alberto Sousa

Monografia de Fim de Curso apresentada à Universidade Eduardo Mondlane,
em cumprimento parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Licenciatura em Sociologia.

Maputo, Novembro de 2007

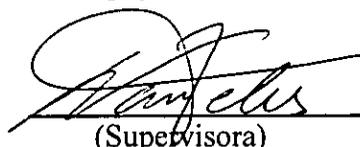
Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

A inserção profissional dos licenciados em Sociologia formados em 2002
pela UEM

Fernando Alberto Sousa

Maputo
Outubro
2007

O Júri



(Presidente)

(Supervisora)

(Oponente)

DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que este Trabalho de Fim de Curso na modalidade de Projecto de Investigação, nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau. O presente trabalho resulta da minha investigação pessoal, estando indicadas ao longo do texto e na bibliografia as fontes utilizadas para a sua elaboração.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Fernando Sousa e Maria Adolfo e a minha querida irmã Iara Malaica. Obrigado pela força!

AGRADECIMENTOS

Agradecer a minha supervisora Nair Teles, pelo carinho, atenção e dedicação. Suas palavras e esclarecimentos tão sábios foram decisivos em todas as etapas desta pesquisa e muitas vezes me fez perceber que mudar de rumo não significa desistir, mas olhar por outro ângulo um problema. Ao dr. Domingos um especial agradecimento, este que tantas vezes leu e releu meu trabalho e que ajudou-me bastante na elaboração deste.

Meu muito obrigado também aos amigos sempre carinhosos que acompanharam e sempre deram-me muito apoio, o pessoal do *Xitique xa Mpondo*: Izélia, Álvaro, Guatura, Rui Anselmo, Rui Martins, Eugénio. Agradecer ao Eugénio pelas sessões que tivemos no SNJ. Agradecer ainda a Sheila e a Margarido pelos debates que tivemos, pelas sugestões e críticas feitas. Kanimambo!

Resumo

No presente trabalho procuramos compreender o processo de inserção profissional dos licenciados em Sociologia, ou seja, apreender qual o tipo de inserção que este licenciado está sujeito no mercado de trabalho moçambicano. Nosso argumento principal é o de que a inserção profissional dos licenciados em Sociologia não está determinada única e exclusivamente pela competência obtida, mas pelas exigências do mercado de trabalho. Fizemos uso do método qualitativo pois não houve preocupação com a representatividade e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social sobre determinado aspecto. No entanto, pudemos verificar uma dinâmica de inserção profissional que pressupõe estratégias distintas. Constatamos que não existe uma relação entre as competências adquiridas e o emprego, pois na grande maioria das vezes o mercado não leva em consideração a área de formação e sim seu grau académico. Que para aqueles que obtiveram seu emprego com recursos às redes sociais de apoio quem faz a “negociação” de suas competências são os membros da rede, somente 15% dos licenciados em Sociologia é que chega a negociar as competências adquiridas. Constatamos ainda, que no processo de inserção profissional dos licenciados em Sociologia dois momentos distintos destacam-se: um que corresponde a entrada no mercado de trabalho e outro que é o exercício das actividades. No primeiro o diploma aparece em primeiro plano e no segundo são as competências adquiridas que se destacam.

SUMÁRIO

Declaração	ii
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
I. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificativa	3
1.2. Problema de Estudo	4
1.3. Hipótese	7
1.4. Objectivos	7
1.4.1. Objectivo geral	7
1.4.2. Objectivos específicos	7
II. REVISÃO DA LITERATURA	8
III. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	18
3.1. Conceitualização	22
3.1.1. Competências	22
3.1.2. Mercado de trabalho	23
3.1.3. Profissão	24
3.1.4. Sociólogo	25
IV. METODOLOGIA	27
V. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	32

5.1. O processo de inserção no mercado de trabalho	32
5.2. Relação entre formação e inserção	40
5.3. Interpretação dos dados	48
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	56
ANEXOS	60
Anexo nº 1	61
Anexo nº 2	63

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, constitui um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, subordinado ao tema “A inserção profissional dos licenciados em Sociologia formados em 2002 pela UEM”.

O esforço aqui realizado visa compreender o processo de inserção profissional dos licenciados em Sociologia no mercado de trabalho, enquadrando-se no domínio da Sociologia.

Pretende-se, com este estudo, contribuir para a compreensão da competência obtida por este profissional que o habilita ao mercado de trabalho, e pois acreditamos que esta reflexão ainda não foi feita se tratando dos licenciados em Sociologia. No entanto, o foco principal deste estudo, é a inserção profissional dos licenciados em Sociologia que não está determinada única e exclusivamente pela competência obtida, mas pelas exigências do mercado de trabalho.

O seu suporte teórico inscreve-se nos trabalhos de Dubar no qual o conceito de inserção profissional é desenvolvido¹. Utilizamos esse conceito para referenciar as situações de entrada na vida activa, isto é, a passagem do sistema educativo ao mundo do trabalho. E pelo contributo de Dubet², autor que procura elaborar uma nova teoria para o entendimento do que considera ser um determinado tipo de Sociologia, a qual ele denomina de Sociologia da Experiência.

Para realização de nossa reflexão fizemos uso do método qualitativo, pois não houve preocupação com a representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social sobre um determinado aspecto, no caso, o tipo de inserção que o licenciado em Sociologia consegue no mercado de trabalho moçambicano.

¹ DUBAR, Claude. “Reflexions sociologiques sur la notion d’insertion”, In: Bernard Charlot et Dominique Glasman. *Les jeunes, insertion, employ*. Paris: PUF, 1999, p. 29-37.

²DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 100-137.

No entanto, para melhor estruturarmos nosso estudo dividimos o trabalho em seis capítulos. O primeiro integra a introdução onde é feita uma breve apresentação do tema, a justificativa onde expomos o porque da escolha do tema e sua relevância. O problema de estudo, a hipótese onde procuramos responder ao problema desta pesquisa e ao mesmo tempo, ter um guia na busca de informações para verificarmos a validade, e os objectivos de estudo onde indicamos quais as metas a alcançar.

O segundo capítulo, contém a revisão de literatura, ou seja, a apresentação e discussão da temática. Aqui são apresentadas as diferentes abordagens de algumas áreas do saber e alguns teóricos que se debruçam sobre a temática, da relação entre sistema educativo e mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, consta o quadro teórico e a apresentação dos conceitos principais do trabalho que são: competências, mercado de trabalho, profissão, sociólogo. Com relação ao quadro teórico de referir que optamos pelas abordagens de Dubar e Dubet.

O quarto capítulo, apresenta a metodologia usada para a realização trabalho, explicando e justificando as preferências metodológicas adoptadas no trabalho, no caso, foi o método qualitativo.

No quinto capítulo é feita a apresentação dos dados colhidos no terreno onde as respostas obtidas e julgadas importantes estão reproduzidas no corpo do texto. É nesta parte do trabalho onde é feita a interpretação a luz dos teóricos apresentados no quadro teórico.

O sexto e último capítulo, apresenta as considerações finais do estudo, isto é, a afirmação sintética do nosso argumento principal e dos aspectos relevantes apresentados no trabalho.

1.1 Justificativa

O interesse pelo tema, surgiu após a palestra proferida pelo Professor Carlos Serra e pela Prof. Doutora Ana Loforte, numa mesa redonda intitulada “A Sociologia em Moçambique”³, onde se discutiu se de facto existe Sociologia em Moçambique, e se ela existe como é feita. Entretanto, isto levou-nos a reflectir sobre o lugar da Sociologia em geral e do sociólogo em particular na sociedade moçambicana.

Deste modo, não se pretende aqui falar de uma Sociologia moçambicana tal como existe uma Sociologia britânica, francesa, americana, nem falar sobre os mais destacados sociólogos moçambicanos, mas sim de apreender qual o tipo de inserção profissional que o licenciado em Sociologia está sujeito no mercado de trabalho.

No entanto, em Moçambique, não existe um estudo sociológico⁴ sobre a inserção profissional dos sociólogos no mercado de trabalho. Para além deste aspecto, o trabalho pode contribuir para compreender se a competência dada a este profissional o habilita para o mercado de trabalho.

Estudar a inserção profissional dos sociólogos no mercado de trabalho, em especial os licenciados da turma de 2000, prende-se pelo facto de que estes fazem parte do primeiro grupo de sociólogos a ser formado pela Universidade Eduardo Mondlane e os primeiros em Moçambique.

Além disso, a Sociologia é uma ramo do saber cuja sua efectiva implantação é recente e cuja formação iniciou com as actividades da extinta UFICS⁵ – Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais. Esta área do saber encontra-se desde então num

³ Palestra proferida no dia 9 de Junho de 2006, organizada pelo grupo da disciplina Teoria Sociológica Contemporânea (Departamento de Sociologia – FLCS), no novo Complexo Pedagógico da UEM.

⁴ A constatação resulta duma pesquisa feita nos trabalhos apresentados no Departamento de Sociologia – FLCS, nos estudos publicados pelo CEA, trabalhos apresentados no ICSTEM e ISPU.

⁵ A UFICS iniciou suas actividades em 1995 com os cursos de Bacharelato em Administração Pública, Antropologia e Sociologia e posteriormente as licenciaturas em 1998 nas ramificações do Bacharelato.

processo de difusão, de consolidação das suas abordagens, de legitimação dos respectivos saberes teóricos-metodológicos nas instituições de ensino superior.

1.2 Problema de Estudo

A problematização das transições entre espaço educativo e espaço da profissão é marcada nos termos de Dubar (2001), por duas grandes rupturas históricas. De um ponto de vista cronológico, a primeira grande ruptura histórica corresponde à generalização da actividade assalariada e ao desenvolvimento de um sistema educativo institucionalizado.

Porém, é de notar que a análise das relações entre educação e emprego só adquire sentido e pertinência num dado momento da evolução societal, quando para a maior parte da população, os espaços de trabalho e educação começam a estar dissociados e, por este facto, se coloca a questão da passagem entre eles.

Segundo Bulle (2000), Charlot e Glasman (1998), esta dissociação de espaços de existência começa a verificar-se durante o século XIX e traduz-se numa alteração dos modos de vida da maior parte da população. Esta alteração significa que os espaços de formação, vida e trabalho deixam de se confundir e que a reprodução da força de trabalho deixa de se operar no quadro da pequena unidade familiar.

Entretanto, existe uma segunda ruptura histórica que, nas últimas décadas do século XX, marca também a problematização das transições entre educação e trabalho, a qual corresponde a dissociação entre conclusão dos estudos e obtenção de um emprego. Segundo Alves (2005: 182), reconhece-se que a posse de um diploma não assegura, de forma automática a entrada no mercado de trabalho, e muito menos num emprego de nível correspondente ao diploma, assistindo-se a um debate social sobre a passagem do espaço escolar para o profissional. Assim sendo, requer-se que as instituições de ensino superior capacitem as pessoas para o desenvolvimento máximo das suas habilidades e para adaptação permanente.

Porém, o diplomado da Universidade confronta-se com a incerteza, dada evolução do mercado de trabalho, que ultrapassa as capacidades prospectivas da universidade. Portanto, o estudante deve ser preparado para o imprevisível, para a capacidade de iniciativa e adaptação a novas situações, para aceitação do risco. Assim, entrar no mercado de trabalho implica não só possuir conhecimentos sólidos, competências, técnicas, mas capacidade de aprende a aprender por forma a fazer face às exigências do mercado (N. Alves, 2003: 32).

Assim sendo, a que tipo de trabalho o licenciado em Sociologia está habilitado a exercer? O antigo Currículo de Licenciatura em Sociologia tinha como objectivo assegurar o ensino/aprendizagem dos saberes teóricos e metodológicos e dos saberes da sua aplicação na análise de campos especializados do social, do político, do económico e do cultural. Assim, o licenciado em Sociologia deveria ser capaz, de a luz das perspectivas sociológicas, analisar a realidade social, de reflectir e pesquisar o social⁶.

E neste sentido, alguns autores apresentam diversas perspectivas sobre as competências do sociólogo. Segundo Sainsaulieu (1995) o sociólogo é conhecido como “administrador social” e pode desenvolver qualquer tipo de actividade inerente à área social. No entanto, Montlibert (1982: 44) refere que o sociólogo deve identificar questões importantes que afectam a vida em sociedade, investigar com método e rigor a natureza e a dinâmica delas (ou seja, como elas afectam a sociedade) e, com esse conhecimento ampliar o debate sobre a vida social. Giddens partilha desta ideia, pois refere que a investigação sociológica, raras vezes interessa exclusivamente à comunidade intelectual dos sociólogos. Os seus resultados são frequentemente disseminados de modo mais amplo, pois “*nosso pensamento e comportamentos são afectados pelo conhecimento sociológico de forma complexa, e por vezes subtil*” (Giddens, 2000: 652).

Berger (2000: 26) refere que o sociólogo é um indivíduo, um profissional que se ocupa de compreender a sociedade de maneira disciplinada. Isto significa que o sociólogo descobre

⁶ Informação obtida na antiga Proposta de Currículo para a Licenciatura em Sociologia, da actual Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane

e afirma a respeito dos fenómenos sociais que estuda dentro de um certo quadro de referência de limites rigorosos.

Para Marques e Veiga (1992: 78) os sociólogos trabalham com frequência, no ensino e na formação, na investigação científica, em gabinetes de estudos e planeamento, em sondagens, na produção de estatísticas e na análise de dados e, ainda, em projectos diversos de investigação-acção.

Porém, estas perspectivas acima apresentadas sobre as competências dos sociólogos têm algo em comum, o facto de olhar para este profissional como aquele que se ocupa de compreender, identificar questões que afectam a vida em sociedade e disseminar de modo mais amplo. Este conhecimento é feito com método e com rigor, isto é, o sociólogo o faz de forma disciplinada. Por outro, a ideia de que o sociólogo é um “administrador social”, que pode desenvolver qualquer actividade inerente à área social. Esta abordagem de Sainsaulieu dá a possibilidade de o sociólogo inserir-se em qualquer referente ao social, ou seja, dá-lhe a possibilidade de inserir-se em diferentes níveis referentes do social.

Portanto, isto mostra que o sociólogo possui uma série de conhecimentos que podem ser aplicados em vários tipos de actividades no seio do mercado de trabalho. Mas o problema que se coloca não é o facto de existirem várias perspectivas sobre as competências deste profissional, mas sim a que inserção profissional o sociólogo está sujeito no mercado de trabalho. Uma coisa é falar das competências inerentes a este profissional, a outra é inserir-se no mercado de trabalho e inserir-se de acordo com aquelas que são as competências adquiridas.

Deste modo, o nosso problema gira em torno do tipo de inserção que o licenciado em Sociologia consegue no mercado de trabalho, tendo em conta as competências adquiridas durante sua formação. Assim sendo, levantamos a seguinte questão: *A que tipo de inserção profissional o licenciado em Sociologia está sujeito no mercado de trabalho?*

1.3 Hipótese

Como forma de responder ao problema desta pesquisa e ao mesmo tempo, ter um norte na busca de informações para verificarmos a validade ou não de tais explicações, temos como hipótese:

A inserção profissional dos licenciados em Sociologia não está determinada única e exclusivamente pelas competências obtidas, mas pelas exigências do mercado de trabalho.

1.4 Objectivos do Trabalho

1.4.1 Objectivo geral

Analisar o tipo de inserção profissional dos licenciados em Sociologia a que estão sujeitos no mercado de trabalho moçambicano.

1.4.2 Objectivos específicos

- Identificar o período de transição entre o fim do curso e a obtenção do emprego;
- Identificar como obtiveram o emprego;
- Identificar se enfrentaram dificuldades na obtenção do emprego;
- Identificar se a competência obtida foi determinante para obtenção do emprego;
- Identificar o tipo de trabalho que exercem e a formação obtida (competências).

II. REVISÃO DE LITERATURA

A temática das relações entre sistema de ensino e o mundo do trabalho tem sido objecto de atenção ao longo dos tempos tanto no plano social como também no plano científico interessando diversas áreas do conhecimento que se ocupam da análise dos fenómenos educativos. Segundo Blaug (1985) as primeiras tentativas de compreensão e explicação do fenómeno foram feitas no campo da Economia das quais se destacam as seguintes abordagens/teorias: a Teoria do Capital Humano, e as abordagens das Necessidades de Recursos Humanos e da Procura Social de Educação.

Refere Alves (2005: 183) que as repercussões destas perspectivas teóricas estenderam-se à formulação de políticas de emprego e formação e ao plano das escolhas e de emprego por indivíduos e empresas.

A Teoria do Capital Humano⁷ postula que as habilidades e os conhecimentos de um indivíduo constituem uma forma de capital porque tais qualidades aumentam sua produtividade, redendo-lhe benefícios económico; que pessoas com elevado nível de instrução são mais produtivas e auferem salários mais elevados (Frazis, 2002). A educação, portanto, servindo como mecanismo principal para aquisição de habilidades, é vista como uma forma de investimento. Como qualquer outro investimento ela exige um custo inicial, mas no futuro ela produz uma sequência de retornos económicos que excedem àqueles custos iniciais. Assim, segundo a Teoria do Capital Humano, existe uma ligação directa entre educação e renda.

Para Becker⁸, capital humano é qualquer actividade que implique num custo no período corrente e que aumente a produtividade no futuro, este pode ser analisado dentro da estrutura da teoria do investimento. Refere este que esta análise de investimento em

⁷ A Teoria do Capital Humano surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 1950 desenvolvida por Theodore W. Schultz.

⁸ BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A theoretical analysis. In: *Journal of Political Economy*, 70, part 2, October, 1962.

capital humano ajuda a compreender uma grande e variada classe de comportamentos dos indivíduos.

No entanto, esta teoria é de certo modo discriminatória na medida em que exclui a contribuição dos indivíduos que não possuem um certo grau de instrução, isto é, indivíduos que não possuem um diploma do ensino superior. É preciso ter em conta que nem sempre possuir um grau universitário significa maior produtividade, vezes há em que os que mais produzem são aqueles que apresentam menores níveis de instrução. Nem o facto de receberem um elevado salário significa maior produtividade⁹.

A abordagem da Procura Social de Educação assenta no alargamento dos saberes educativos por parte dos indivíduos, no livre acesso aos níveis superiores de ensino, na liberdade de escolha, na procura de talento e igualdade. No entanto, a abordagem das Necessidades de Recursos Humanos desenvolvida pelo psicólogo americano Abraham Maslow, centra seu foco nas exigências do mercado de trabalho, a ideia é que para um maior reforço das actividades económicas, as políticas educativas devem orientar-se pelas necessidades identificadas pelos actores económicas como essenciais. Segundo Alves (2005) em meados da década de 70 do século passado emergem as teorias do Sinal e do Filtro devido a transformações ocorridas modo como se processavam as passagens entre os sistema educativo e o mundo do trabalho e do emprego.

Segundo Alves (2005: 184) as teorias do Sinal e do Filtro têm em comum a tentativa de responder a duas críticas principais que foram formuladas à Teoria do Capital Humano. Uma delas sustenta que outras dimensões não económicas, interferem nas escolhas e decisões de diplomados e empregadores e a outra defende que o desempenho profissional dos indivíduos não depende unicamente de sua formação académica. As duas teorias têm,

⁹ Refere Etzione (1989) que as recompensas económicas não são as únicas que permitem o aumento da produtividade por parte dos indivíduos. As recompensas não-económicas influem significativamente na produtividade e no comportamento dos indivíduos de uma organização, limitam em grande parte, o resultado de planos de incentivo económico.

também, em comum o facto de rejeitarem a visão neo-clássica¹⁰ de que no mercado de trabalho se confrontariam, de forma independente, na oferta e procura de emprego.

A Teoria do Sinal¹¹ tem como objectivo fornecer um conjunto de características observáveis de um indivíduo que possam ser determinadas pelo empregador e, assim diferenciar os candidatos (Spence, 1973). Refere este que no processo de contratação o empregador não consegue observar, claramente, o produto marginal do candidato antes da contratação, observa apenas as informações pessoais na forma de características observáveis e atributos, e tais atributos é são o que determinarão a contratação deste. Segundo Spence (1974) no modelo de sinalização educacional os empregadores usam os níveis educacionais como um meio de identificar os trabalhadores que são potencialmente mais produtivos e isto capacita aqueles trabalhadores a serem pagos e receberem um salário maior que os outros que são empregados para executar a mesma tarefa.

A teoria do filtro¹² postula que a educação nada mais é que um sinal emitido por um agente, que auxilia como um “filtro” em específicos indivíduos que possuem determinadas características exigidas no mercado de emprego (Whitehead, 1981). Refere este autor, que o processo de filtragem, simplesmente, permite classificar em termos de aptidões de motivação, como também seleccionar para diferentes postos de trabalho de acordo com as características pessoais.

Segundo Bulle (2000) o que motiva a procura de educação não é o investimento no aumento de competências, mas sim as vantagens de que o diploma escolar poderá significar enquanto “filtro” no mercado de trabalho, independentemente do seu contributo no plano cognitivo. Entretanto, os indivíduos não estão preocupados com a educação, nem com as competências que vão adquirir, mas sim com os benefícios que o diploma

¹⁰ Os economistas liberais defendem que há igualdade, liberdade e justiça, que a procura e a oferta se confrontariam de forma independente no mercado de trabalho. Nesta visão do mercado de trabalho, o nível de emprego deixa de ser determinado entre cruzamento e demanda de trabalho, passando a subordinar-se ao principio da demanda efectiva. O volume de emprego é fixado no ponto de intersecção da curva da demanda agregada, pois nesse ponto se maximizam as expectativas dos empregadores (Noronha, 2003).

¹¹ Esta teoria foi desenvolvida por M. Spence.

¹² Teoria desenvolvida por K. Arrow.

oferece no mercado de trabalho. Nesta ordem de ideias, o importante é obter graus académicos elevados com excelentes resultados com vista aos benefícios económicos que isto pode significar no mercado de trabalho.

No entanto, para aquele que é nosso objectivo e partindo dos elementos referenciados por estas perspectivas as quais fundamentam suas análises numa racionalidade económica¹³ “pura”, desenvolvida quer pelos actores quer pelas instituições de ensino como também pelo mercado de trabalho. Vemo-nos pois na necessidade de alargar o nosso leque de abordagens no sentido de identificar e especificar quais as determinantes subjectivas e estruturais que interferem na relação entre sistema educativo e o mundo do trabalho.

A Sociologia se apresenta como uma das áreas do conhecimento que procura, em profundidade, explicar como se processa a relação entre o sistema educativo e o mundo do trabalho. No domínio da Sociologia, as abordagens baseadas nas desigualdades sociais e na perspectiva construtivista desenvolveram-se na tentativa de compreender e explicar os fenómenos que ocorrem da relação entre sistema educativo e o mundo do trabalho. Para a abordagem das desigualdades sociais são destacados as contribuições de Bourdieu e de Jencks. Ao passo que para a abordagem construtivista destacamos as contribuições de Vincens, Vèrnières, Mansuy, Dubar e Rose.

Em relação a análise da inserção profissional dos indivíduos, a abordagem na vertente das desigualdades sociais coloca em foco a estratificação social, a educação e o emprego, sublinhando a importância de se ter em conta as variáveis sociais na análise dos percursos escolares e profissionais dos indivíduos. Já a abordagem construtivista sublinha a necessidade de se rejeitar visões demasiado mecanicistas da herança social e cultural de cada indivíduo, admitindo que o processo de inserção profissional dos diplomados no mercado de trabalho é o resultado de experiências sociais múltiplas, por vezes, até

¹³ Dahl e Lindblom (1987: 38) referem que é uma acção racional na medida em que é correctamente planeada por forma a maximizar a obtenção dos benefícios, isto é, benefícios económicos. Os indivíduos calculam todas as suas acções com vista a maximizar os seus benefícios. As acções dos indivíduos visam sempre algum benefício.

contraditórias, utilizando a expressão de Dubar (2001) o processo de inserção profissional é “socialmente construída” variando de contexto para contexto.

No entanto, com relação a abordagem das desigualdades sociais, a abordagem de Bourdieu marca as discussões sobre a temática da relação entre sistema educativo e mercado de trabalho na década de 70 do século XX. Em sua abordagem, Bourdieu (1998) coloca a escola no centro de sua análise. Para ele, a escola realiza uma “operação de triagem” na medida em que mantêm a ordem preexistente, separando os alunos em diferentes graus de capital cultural. A classificação escolar é um acto de ordenação no sentido de diferença social onde os eleitos são marcados como pertencentes a esta ordem e os demais são excluídos do sistema.

O desejo de ascensão social através da escola condiciona a atitude dos indivíduos e contribui para definir oportunidades de se chegar à escola, de aderir a seus valores e de nela ter êxito. Esta atitude produz um efeito, o *“principio de eliminação diferencial dos indivíduos de diferentes classes sociais”* (Bourdieu, 1998a: 50). Por este princípio, os indivíduos das classes populares e médias sofrem um processo de “super selecção”, onde por falta de capital cultural, têm menos probabilidades e devem, portanto, apresentar um êxito excepcional para chegar a níveis superiores de ensino e poder almejar uma situação social melhor.

Apesar deste princípio Bourdieu acredita que o sistema de ensino é produtor de uma mão-de-obra competente, assegurado legalmente pelo diploma, cujo valor no mercado de trabalho depende da garantia escolar, constituindo uma força social cada vez mais importante e com alto grau de autonomia. Nesta perspectiva, a ascensão social dos indivíduos das classes populares e médias depende da obtenção de um diploma. O autor refere, que o processo de negociação entre os detentores de diplomas e os detentores de cargos, se dá no sentido de que os vendedores de trabalho tentam cada vez mais “valorizar seus diplomas”, enquanto que os compradores procuram pelo menor preço, as capacidades que se pressupõe são garantidas pelos seus diplomas. A obtenção de um

diploma dá a probabilidade aos indivíduos de poder ascender socialmente, este oferece igualdade de oportunidade aos indivíduos.

No entanto, uma questão se nos coloca, será que a posse de um diploma oferece a igualdade de oportunidades aos indivíduos? O “princípio de eliminação diferencial dos indivíduos de diferentes classes sociais” de Bourdieu diz que por falta de capital cultural, os indivíduos das classes populares e médias têm menos probabilidades de êxito, estes devem fazer um esforço excepcional. Assim, aqueles que pertencem a uma classe social elevada têm uma vantagem a mais em relação aos outros, a sua posição social de certa forma vai influenciar na obtenção do emprego.

Esta abordagem, a qual coloca a escola no centro da questão é também partilhada por Jencks. Este autor tal como Bourdieu olha para a escola como um meio no qual os indivíduos possam ascender socialmente independentemente de sua classe social. Refere Jencks (1972) que a escola é uma promotora de igualdade de oportunidades sociais, e particularmente no papel que desempenha em relação as desigualdades sociais.

Jencks vai mais longe na obra *“Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America”*¹⁴, procura mostrar que a escola frequentada não tem influência sobre as aquisições cognitivas dos alunos, nem sobre o seu sucesso no futuro. A ideia de Jencks é a de que ter frequentado uma universidade tradicional e de renome não significa que *a priori* este tenha uma maior facilidade de inserção profissional e conseqüentemente melhores empregos. Segundo Jencks (1972) as diferenças qualitativas entre escolas desempenham um papel modesto na determinação dos diplomas obtidos.

Com relação a inserção dos diplomados no mercado de trabalho, o autor afirma que há uma série de factores que explicam o tipo de inserção que o diplomado consegue no mercado de trabalho, tais como, a escola frequentada, a classe social a que o indivíduo pertence e o diploma obtido (as competências adquiridas). Mas estes não são os únicos factores que explicam o processo de inserção do diplomado na mercado de trabalho. Para

¹⁴ Em português: Desigualdade: uma avaliação do efeito da Família e da Instrução na América.

ele, a *sorte* é um desses factores a ter em conta no processo de inserção profissional, pois tem um peso equivalente a competência pessoal do indivíduo. Jencks apud Pinto (1995) considera que a sorte terá um papel da mesma ordem que a competência pessoal na obtenção do emprego.

As análises feitas por Bourdieu, como por Jencks, colocam em evidência o papel da escola na superação das desigualdades sociais e no processo de inserção profissional dos indivíduos. Estas abordagens colocam em relação a estratificação social, a educação e o emprego, mas há necessidade de olhar para este processo como resultado de experiências sociais múltiplas e por vezes contraditórias, um processo que varia de contexto para contexto, de indivíduo para indivíduo. Não se pode restringir este processo a simples questão de desigualdades pois nem todos os contextos, levam em consideração no processo de inserção profissional, a posição social do indivíduo, sua herança social e cultural.

Já a abordagem construtivista, ilustrada aqui por Vincens marca as discussões sobre a temática da relação entre sistema educativo e o mercado de trabalho nos finais da década de 80 do século XX. Para Vincens o processo de inserção varia de contexto para contexto, pois cada contexto é influenciado por uma conjuntura histórica, económica, social e institucional que marca os processos de inserção no mercado de trabalho.

A sua abordagem centra-se na estabilização do emprego, a estabilização não associada ao tempo de contrato, mas na capacidade do indivíduo em manter-se no mercado de trabalho. Segundo o autor a estabilização do emprego não está ligada unicamente ao facto de ocupar um emprego sob a forma de um contrato de tempo indeterminado, mas sim a capacidade que o indivíduo tem de se manter no mercado de trabalho (Vincens, 1997).

Em "*L'insertion professionnelle des jeunes: à la recherche d'une définition conventionnelle*"¹⁵, Vincens procura mostrar que o processo de inserção não termina após a entrada do diplomado no mercado de trabalho, este continua até que ele consiga uma

¹⁵ Em português: A inserção profissional dos jovens: em busca de uma definição convencional.

posição estabilizada no mundo profissional. Segundo Vincens (1997: 27) o termo “posição estabilizada” põe em evidência o facto de que não se trata apenas de um emprego, mas sim de um emprego que garanta sua manutenção no mercado de trabalho.

Esta forma de abordar a relação entre sistema educativo e o mundo do trabalho de Vincens é partilhada por Vèrnières. Para ele (1997: 11) a inserção profissional dos indivíduos deve ser entendida como *“processo pelo qual os indivíduos, não tendo pertencido à população activa, acedem a uma posição estável no sistema de emprego”*.

Para este autor, a questão da inserção profissional não poderá limitar-se à abordagem da entrada dos indivíduos no mercado de trabalho após sua passagem pelo sistema de educação/formação. Vèrnières vai mais longe ao referir que a inserção profissional resulta de um processo marcado por uma diversidade de factores, ao longo do qual desempenham, por seu lado, um papel estruturante e/ou estruturador no desenvolvimento da vida activa dos indivíduos. Neste sentido, as questões relacionadas com a inserção profissional deverão ser analisadas na articulação entre situação profissional que caracteriza os indivíduos num determinado momento, as condições que estão na origem de sua situação profissional e o modo como ele pode configurar a trajectória posterior.

Mansuy é outro teórico que aborda esta temática da relação entre sistema educativo e mercado de trabalho e compartilha da concepção defendida por Vincens e Vèrnières. Refere Mansuy que este processo não se limita, não corresponde, ao simples momento em que o indivíduo acede a um emprego. É um processo que se realiza quando o indivíduo ocupa seu tempo na procura de um emprego com objectivos que vão para além do divertimento.

Segundo Mansuy (2001) ela termina quando o indivíduo acede a uma posição relativamente estabilizada no mercado de trabalho. Este autor vai mais além ao referir que esta posição deve dar segurança e permitir que os indivíduos possam realizar seus projectos a curto ou longo prazo. Estas duas perspectivas não devem ser analisadas de

forma objectiva, pois elas variam subjectivamente, isto é, cada indivíduo define consoante aqueles que são seus objectivos.

Vincens, Vérnières e Mansuy nas suas abordagens sobre o processo de inserção profissional colocam em evidência a estabilização do emprego. Para estes autores não se trata apenas de aceder a um emprego, mas sim o facto de ocupar uma posição estabilizada no mercado de trabalho que permita que o indivíduo realize seus projectos de vida. A estabilidade refere-se ao facto de o indivíduo não prever perder seu emprego da noite para o dia, isto é, perder o seu emprego do nada.

Porém, Dubar aborda esta temática mas não coloca em evidência a estabilização do emprego. Os processos de inserção profissional são “socialmente marcados”, isto é, no sentido em que está inserido numa dada conjuntura histórica, económica, profissional e educativa, e depende de um determinado tipo institucional de articulação entre sistema educativo e o mundo do trabalho. É preciso ter em conta que os processos de inserção profissional são eles próprios “marcados socialmente”, pois estando dependentes das estratégias dos actores e são influenciados por um conjunto diversificado e complexo de variáveis sociais (Dubar, 2001).

Em *“La construction social de l’insertion professionnelle”*¹⁶, o autor procura mostrar que os indivíduos são actores de sua própria inserção considerando às múltiplas determinantes de sua ascendência escolar e dos constrangimentos pelos quais passarão no mercado de trabalho com vista a obtenção do emprego. Os indivíduos enquanto actores de sua própria inserção não são totalmente determinados pelo seu meio familiar e nem prisioneiros destes, isto é, que seu passado familiar, seu grupo de pertença não influenciam no seu processo de inserção profissional. Pois não são estes elementos que são considerados neste processo, mas sim as suas competências.

Toda abordagem de Dubar gira em torno do conceito de inserção profissional. Refere este autor que o processo de inserção é caracterizado por três momentos: inserção profissional, inserção social e integração. O primeiro é aquele que se refere a passagem

¹⁶ Em português: A construção social da inserção profissional.

do sistema educativo ao mercado de trabalho, o segundo traduz as dificuldades sentidas não só pelos jovens de obter um emprego. Já o terceiro faz referência ao momento em que o diplomado se encontra no mercado de trabalho, isto é, significa ser participante, ser considerado, fazer parte de. É neste período em que diplomado faz uso das competências que negociou no mercado de trabalho de forma a exercer suas actividades profissionais.

Por fim, apresentar o contributo de Rose para a temática da relação entre sistema educativo e mercado de trabalho. Entretanto, Rose refere que deve-se fazer uma inovação do conceito de inserção. Ele defende por contraposição ao conceito de inserção, o de transição ao mercado de trabalho. Segundo ele a noção de transição coloca em atenção aos movimentos de transferência de jovens, socialmente diferenciados, entre sistema educativo e sistema produtivo. Face a precariedade laboral não é possível determinar os momentos de entrada e estabilização no mercado de trabalho (Rose, 1999).

Em "*En Quête d'emploi: Formation, Chômage, Emploi*"¹⁷, o autor mostra que interessa sim, analisar o acesso dos jovens como um processo que se encontra socialmente estruturado, em especial pelas práticas de recrutamento e gestão dos recursos humanos pelas empresas e pela acção do Estado na maior ou menor regulação daquele acesso. Rose inverte os papéis, dá as empresas, ao Estado o principal papel neste processo, relegando para segundo plano os diplomados.

Após a apresentação das diferentes abordagens que reflectem sobre a temática da relação entre sistema educativo e o mundo de trabalho, é chegado o momento de indicar a abordagem que melhor explica o nosso problema, isto é, aquela que irá ajudar-nos a alcançar os nossos objectivos.

Assim sendo, optamos pela abordagem construtivista, na perspectiva de Dubar. A escolha desta abordagem deve-se ao facto desta olhar para o processo de inserção profissional dos diplomados na mercado de trabalho como o resultado de experiências sociais múltiplas, por vezes, até contraditórias, isto é, um processo que é "socialmente construído" variando

¹⁷ Em português: Em missão de emprego: Formação, Desemprego, Emprego.

de contexto para contexto. Esta abordagem vê os diplomados como actores de sua inserção profissional, actores que adoptam uma série de estratégias com vista a obtenção do emprego. É um processo caracterizado por três momentos: inserção profissional, inserção social e integração. Entretanto, é importante realçar que cruzaremos a abordagem de Dubar com as contribuições de Dubet.

De referir que em relação a Dubet, ele não foi referido durante a revisão de literatura, pois este autor não se debruçou sobre a temática da relação entre sistema educativo e o mundo de trabalho, mas sua abordagem permitirá a compreensão de alguns aspectos não desenvolvidos por Dubar.

III. QUADRO TEÓRICO

Como já referenciamos anteriormente, o trabalho tem como base a abordagem sustentada no conceito de inserção profissional desenvolvida por Dubar. Utilizamos esse conceito para nomear as situações de entrada na vida activa, isto é, a passagem do sistema educativo ao mundo do trabalho. Entretanto, devemos igualmente entender a inserção profissional como um processo socialmente construído. Afirmar isto é enfatizar as dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho, às lógicas de obtenção de emprego, as estratégias e as atitudes dos próprios licenciados.

Segundo Dubar (1999: 31)

“a inserção profissional deve ser entendida como o período que decorre entre a saída dos diplomados da universidade e a obtenção do emprego. A inserção profissional geralmente é entendida como um período intermédio de saída dos sistemas de ensino ou formação e a obtenção de um emprego. É durante esse período que o diplomado negocia no mercado de trabalho, as competências que adquiriu, através de um diploma.”

Assim, o processo de inserção profissional apresenta três momentos que são: a inserção profissional, inserção social e integração (Dubar, 1999: 33). O primeiro diz respeito a passagem do sistema educativo ao mercado de trabalho, o segundo traduz as dificuldades sentidas na obtenção de um emprego. Já o terceiro faz referência ao momento em que o diplomado se encontra no mercado de trabalho. É neste período em que o diplomado faz uso das competências que negociou no mercado de trabalho de forma a exercer suas actividades profissionais.

Esta abordagem vê os diplomados como actores do processo de inserção profissional. Como actores de sua própria inserção, elas não são completamente determinados pelo seu passado familiar, nem prisioneiros do seu meio de origem ou dos condicionamentos

ligados ao grupo social a qual os diplomados pertencem, nem submissos de maneira inelutável aos constrangimentos que eles encontram no mercado de trabalho (Dubar, 1994).

Portanto, é preciso olhar para o espaço de transição entre a escola e o mercado de trabalho/emprego como sendo estruturado por jogos complexos de actores que se apresentam num contexto histórico e institucional determinado, mas que possui sua própria eficácia. Os percursos de inserção dos diplomados não podem ser levados à única lógica, à uma única racionalidade económica. Isto é, as estratégias e comportamentos dos diplomados são também marcados por elementos de natureza social e cultural.

No entanto, há uma heterogeneidade de estratégias que os actores, adoptam com vista a sua inserção no mercado de trabalho. Ao adoptarem suas estratégias, os actores constroem os “mundos de inserção” permitindo a coordenação com actores já inseridos no mercado de trabalho (Dubar, 1999).

Porém, é com relação as acções estratégicas que os indivíduos adoptam para a obtenção do emprego que trazemos o contributo de Dubet. Este autor procura elaborar uma nova teoria para o entendimento do que considera ser um determinado tipo de sociologia, a qual ele denomina Sociologia da Experiência. O seu objecto de estudo circunscreve-se na subjectividade dos actores.

Dubet considera que há por parte dos actores um intenso trabalho de reflexão tanto mais intenso quanto eles se encontram em situações que lhes são estranhas, cujo código desconhecem inteiramente e são imprevisíveis. No entanto, a combinação de diferentes lógicas de acção é que vai determinar a subjectividade e reflexividade dos actores sociais. Dubet identifica três lógicas de acção:

- a integração: o actor é definido pelos seus vínculos na comunidade;
- a estratégia: o actor é definido por seus interesses num mercado;

- a subjectivação: o actor é um sujeito crítico frente a uma sistemática de produção/dominação, de alienação.

A primeira, a integração, é a lógica de acção da sociologia clássica. Para essa lógica, a identidade é “adscrição”, submissão pela interiorização de valores institucionalizados através dos papéis. O actor é reconhecido na medida em que ele está integrado. As relações sociais são caracterizadas pela oposição entre “eles” e “nós”. O outro é definido pela sua diferença, definido como o “estranho” contrário a “nós”, ao grupo (in-group/out-group). O que fundamenta a acção são os valores. Para o actor, a cultura, ao mesmo tempo, fundamenta a identidade, é uma moral e perpetua a ordem. (Dubet dá o exemplo da religião e da escola, Id., p. 117). Enfim, a lógica da integração considera as condutas de crise, como patológicas, como falhas da socialização e da integração ao sistema. Nessa lógica, os indivíduos têm como objectivo manter a continuidade de sua identidade.

Na lógica da estratégia, a identidade é um recurso, um meio, num mercado concorrencial, mercado entendido não só do ponto de vista económico, mas em todas as actividades sociais. A identidade é vinculada ao conceito de status e não mais a um papel. O actor é reconhecido na medida em que ele pode, em que tem recursos para influenciar os outros a partir da posição que ele ocupa; não se trata mais de posição social, mas de posição “relativa”, porque depende das oportunidades e dos recursos disponíveis nessa posição. A identidade é o meio para atingir determinados fins, e a integração é substituída pela regulação: as regras do jogo. As relações sociais são definidas em termos de concorrência, de rivalidade de interesses individuais ou colectivos. O que está em jogo na acção, neste caso, é a obtenção de um emprego. Os actores vão definir seus objectivos, escolher o que para eles é útil, enfrentar a concorrência com os outros (pode ser pelo dinheiro, mas também competição política, conquista amorosa) e vão desenvolver estratégias para influenciar os outros, isto é exercer um poder.

Nesta perspectiva, a acção colectiva é mais mobilização que adesão, os movimentos sociais são uma acção racional e não espontânea, e visam a exercer influência sobre o sistema político. A referência é a sociologia da acção estratégica, é a acção orientada para o sucesso (Habermas citado por Dubet. Id., p. 126), identificada à ideologia do

capitalismo. Mas também é uma visão liberal, que denuncia tudo o que pode impedir a formação de equilíbrios harmoniosos numa sociedade aberta às trocas concorrenciais.

A subjectivação, como lógica do sujeito, é um conceito de difícil definição tendo em vista, o uso que foi feito do termo numa perspectiva determinista ou individualista. Entretanto, a lógica do sujeito não pode reduzir o actor a seus papéis ou a seus interesses. Ela é uma actividade crítica. É a lógica pela qual o actor se diferencia da lógica de integração e da lógica estratégica. Quanto à identidade, o actor é, na qualidade de sujeito, na medida em que ele é capaz de se distanciar de si mesmo e da sociedade. Sua identidade é definida como um engajamento permitindo a ele de se perceber como o autor de sua própria vida (Id., p. 128), engajamento realizado no sofrimento: pela necessidade de distanciamento crítico e pela dificuldade de alcançar esta qualidade de sujeito.

As relações sociais são percebidas em termos de obstáculos ao reconhecimento e à expressão desta subjectividade (Id., p. 130). O conflito social não é nem a defesa da identidade nem a mobilização racional, é a luta contra a alienação, no sentido da impotência, do sentimento de não ser nada mais do que o espectador de sua própria vida. Esta lógica da acção/subjectivação permite entender o irracional e o excessivo nos movimentos sociais nos quais podemos encontrar um actor que se percebe como sujeito. O que está em jogo nesse caso, é a cultura, entendida como “definição histórica do sujeito” e não mais apenas e unicamente valor que sustenta a sociedade, funda a moral, a ordem (Durkheim, Parsons). A cultura é o que torna possível a crítica social como fundamento da acção, não a partir de princípios transcendentais, mas como experiência social banal do senso comum (Id., p. 132). A lógica da subjectivação, na sua referência ao sistema social, está associada a uma postura crítica que denuncia a alienação e a dominação. A alienação se entende como privação da capacidade de ser sujeito (Id., p. 133) pela reificação das relações sociais; entende-se como desencantamento que esvazia a experiência social do seu sentido, através da racionalidade instrumental.

Portanto, para o presente trabalho é a lógica da estratégia que vai permitir perceber as acções levadas a cabo pelos licenciados em Sociologia com vista a sua inserção no mercado de trabalho. A opção por esta lógica permite-nos compreender as acções de

antecipação da entrada no mercado do trabalho, ou seja, antes mesmo da conclusão da licenciatura. Por um lado, pelo simples facto de mostrar-nos que no processo de inserção profissional, os actores, no caso, os licenciados em Sociologia, definem seus objectivos e escolhem o que para eles é útil, enfrentar a concorrência com os outros.

Por outro, pelo facto de este fazer uso da posição que ele ocupa. Não se trata mais de posição social, mas de posição “relativa”, porque depende das oportunidades e dos recursos disponíveis nessa posição, isto é, faz uso de redes sociais ou cunhas e aproveita os recursos que a sua rede detêm no mercado de trabalho para obter o emprego.

3.1 Conceptualização

Nesta parte do trabalho, pretende-se apresentar e definir alguns conceitos que aparecem ao longo do desenvolvimento do trabalho. Esta parte constitui-se como um dos procedimentos básicos nas Ciências Sociais para um melhor esclarecimento dos conceitos apresentados ao longo do trabalho. Os conceitos são: competências, mercado de trabalho, profissão e sociólogo.

3.1.1 Competências

É importante referir que há uma série de definições de competência, mas para efeito de nosso estudo optamos por apresentar somente duas, as definições de Fleury e Fleury e a de Le Boterf. A opção por estas definições de competências residem no facto de permitirem perceber, como os licenciados em Sociologia fazem uso de suas competências no exercício de suas actividades laborais. Deste modo, as competências seriam a conjugação de atributos do indivíduo e os saberes, conhecimentos formais.

Assim, Fleury e Fleury (2001: 185) definem competência como um conjunto de atributos que uma pessoa possui e que permitem-lhe desenvolver acções efectivas em determinada situação. É uma interacção harmoniosa das habilidades, conhecimentos, valores,

motivações, características da personalidade e atitudes próprias de cada indivíduo que determinam o comportamento que conduz ao logro dos resultados e objectivos a alcançar na organização.

Nesta perspectiva, as competências são entendidas como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como stock de recursos, que o indivíduo detém.

Le Boterf (1995: 44) refere que o conceito de competência envolve saberes e conhecimentos formais que podem ser traduzidos em factos e regras, o saber fazer, que pertence à esfera dos procedimentos empíricos, como as receitas, os truques de ofício, e que se desenvolvem na prática quotidiana de uma profissão e ocupação.

Assim, a competência do indivíduo não é um estado, não se reduz a um conhecimento ou *know how* específico. Le Boterf (1995) situa a competência numa encruzilhada, com três eixos formados pela pessoa (sua biografia e sua socialização), pela sua formação educacional e pela sua experiência profissional. A competência é o conjunto de aprendizagens sociais e comunicacionais. Para este autor: competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado.

3.1.2 Mercado de trabalho

Segundo Fernandes (1996: 24) o mercado de trabalho constitui um conjunto de condições que definem, articulam e regulam as actividades profissionais em uma determinada sociedade. Mercado de trabalho é a relação entre a oferta de trabalho e a procura de

trabalhadores, e o conjunto de pessoas e/ou empresas que em época e lugar determinados, provocam o surgimento e as condições dessa relação.

Para Netto (1986: 744) mercado de trabalho é uma expressão que constitui uma descrição metafórica entre oferta e a procura de mão-de-obra em âmbito restrito ou global. O mercado de trabalho é uma instituição que permite aos vários compradores e vendedores potenciais de uma categoria de bens travar contacto recíproco e efectuar transacções dentro das condições mais vantajosas expressadas naquele momento.

Porém, para o presente trabalho adoptamos a definição de mercado de trabalho de Netto, pois esta definição ilustra melhor o processo de inserção profissional na medida em que os indivíduos procuram negociar as suas competências dentro das condições mais vantajosas expressadas naquele momento.

3.1.3 Profissão

Com relação a este conceito importa referir que optamos por apresentar três conceitos. Acreditamos que a conjugação destes permitem perceber que tipo de actividade os licenciados em Sociologia exercem no mercado de trabalho.

Para Netto (1986: 933-934) o termo profissão indica as ocupações que exigem conhecimentos e habilidades altamente especializadas, adquiridas, pelo menos em parte, em cursos de natureza mais ou menos teórica, e comprovados em alguma forma de exame numa universidade ou outra instituição autorizada. A posse do título conferido traz às pessoas uma autoridade considerável.

Numa perspectiva sociológica o conceito de Profissão constitui o que podemos designar por um “constructo”, dada a dificuldade em detalhar os seus atributos. Na língua portuguesa, o termo adquiriu um sentido muito amplo de “ocupação” ou “emprego”. Nos países anglo-saxónicos, pelo contrário, o termo é aplicado para as designar profissões liberais como “médico”, “advogado” ou “engenheiro”. Os atributos destas profissões,

transformaram-se em requisitos para todas as actividades profissionais que tenham como objectivo constituírem-se numa profissão, tendo para o efeito que possuir¹⁸:

- um saber especializado, aliado a práticas específicas que o profissional necessita de dominar, adquiridas através de uma formação profissional estruturada;
- uma orientação de serviço. O profissional afirma-se perante outros que exerce a sua actividade por motivos altruísticos, não se pautando por interesses particulares;
- um código deontológico que determina e regula o conjunto de deveres, obrigações, práticas e responsabilidades que surgem no exercício da profissão;
- uma associação profissional, cujo objectivo seria, entre outros, o de manter e velar pela ocupação dos padrões estabelecidos entre os seus membros.

Profissão¹⁹ é um trabalho ou actividade especializada dentro da sociedade, geralmente exercida por um profissional. Trabalho e actividade laborais geralmente requerem estudos extensivos e a materialização de um dado conhecimento, tais como biomedicina, advocacia ou engenharia, por exemplo.

3.1.4 Sociólogo

É importante realçar que com relação aos conceitos de sociólogo verifica-se uma tendência em olhar para este profissional como aquele que se ocupa de compreender, identificar questões que afectam a vida em sociedade e disseminar de modo mais amplo. Este conhecimento é feito com método e com rigor, isto é, o sociólogo faz de forma disciplinada.

¹⁸ FONTES, Carlos. Profissão: Professor. <http://educar.no.sapo.pt/PROFS2.htm>, acesso em 6 de Agosto de 2007.

¹⁹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Profiss%C3%A3o> acesso no dia 25 de Junho de 2007.

Nesta ordem de ideias, optamos por estes dois conceitos que ajudam-nos a perceber se um indivíduo é de facto um profissional ou não. Mas não podemos deixar de lado a perspectiva de Sainsaulieu (1995) segundo a qual o sociólogo é conhecido como “administrador social” e pode desenvolver qualquer tipo de actividade inerente à área social.

Berger (2000: 26) define o sociólogo como um profissional que se ocupa de compreender a sociedade de uma maneira disciplinada. Isto significa que aquilo que o sociólogo descobre e afirma a respeito dos fenómenos sociais que estuda ocorre dentro de um certo quadro de referência de limites rigorosos. Como cientista, o sociólogo tenta ser objectivo, controlar as preferências e preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar normativamente.

Segundo Cunha (1987) o sociólogo é um profissional que basicamente dedica-se à recolha exaustiva, estatística e rigorosa de dados sobre comportamentos humanos e/ou do mundo da interacção humana. Depois analisa-os e tenta perceber como e porque é que esses comportamentos se dão. Assim, o conhecimento sociológico, através dos seus conceitos, teorias e métodos, pode constituir para as pessoas um excelente instrumento de compreensão das situações com que se defrontam na vida quotidiana, das suas múltiplas relações sociais e, conseqüentemente, de si mesmas como seres inevitavelmente sociais.

IV. METODOLOGIA

No trabalho que realizamos o método usado foi o qualitativo. De referir que primeiro foi feita uma revisão bibliográfica²⁰ que nos permitiu a colocação do problema de estudo, a discussão de conceitos, assim como a delimitação espaço-temporal do estudo. Sugere-se o período 2002 pois foi nesta altura em que o primeiro grupo de licenciados em Sociologia formados pela UEM iniciou a sua entrada no mercado de trabalho.

Optamos pela pesquisa qualitativa pois não estamos preocupados com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social sobre um determinado aspecto, no caso, o tipo de inserção que o licenciado em Sociologia está sujeito no mercado de trabalho moçambicano. De acordo com Minayo (1995: 43) esse tipo de pesquisa não pode basear-se no critério numérico, para poder garantir sua representatividade, a amostra adequada é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

No nosso trabalho utilizamos a entrevista semi-estruturada, combinando perguntas fechadas e abertas com o objectivo de possibilitar ao entrevistado a oportunidade de expressar livremente suas opiniões e atitudes com referência ao objecto de pesquisa, no caso em particular, o tipo de inserção profissional que o licenciado em Sociologia está sujeito no mercado de trabalho moçambicano. O guião de entrevista foi estruturado em dois eixos temáticos: o processo de inserção no mercado de trabalho e a relação entre formação e inserção. É de salientar que em relação ao estudo da transição do sistema escolar ao mercado de trabalho, os licenciados foram questionados sobre o modo de obtenção do emprego, o período de espera após a conclusão do curso e se enfrentaram dificuldades nesse processo.

²⁰ Para a realização da revisão bibliográfica recorremos as bibliotecas do campus da UEM, no caso, a biblioteca da FLCS, do Centro de Estudos Africanos, a biblioteca da ISPU (actual Universidade Politécnica) e a informação disponível da Internet.

A amostra utilizada foi a intencional²¹, não probabilística e é constituída pela primeira turma de formados em Sociologia, em Moçambique. A sua escolha deveu-se ao facto de permitir-nos localizar com facilidade os elementos da amostra, pois a informação disponível no Registo Académico não era suficiente, já que os endereços e alguns números de telefone já não eram os mesmos o que de certo modo dificultou a localização daqueles que seriam entrevistados. Porém, este tipo de amostragem permite que possamos recorrer a alguém que é conhecedor do grupo em estudo, no caso, um docente da FLCS (Faculdade de Letras e Ciências Sociais) que foi o chefe da referida turma.

A representatividade mínima não foi relevante na amostra constituída. O número de seleccionados para a recolha de dados esteve dependente da qualidade das informações que eram obtidas nas entrevistas, como da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações. De acordo com Duarte (2002: 143-144) numa metodologia de base qualitativa

“o número de sujeitos que virão a compor o quadro dificilmente pode ser determinado a priori, tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergências das destas informações. Enquanto estiverem surgindo dados originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam de continuar a ser feitas.”

A nossa amostra é constituída pelos licenciados em Sociologia que fizeram parte da primeira turma do curso de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane formada em 2002. No entanto, a amostra é composta por onze indivíduos, dos quais três são mulheres, uma delas a residir na cidade de Xai-Xai, e os restantes oito são homens. Dos oito, dois estão a residir em Lisboa e os restantes na cidade de Maputo. A faixa etária dos nossos entrevistados está entre os 30 e 47 anos de idade.

²¹ Na amostra Intencional, a escolha dos elementos a constituírem a amostra baseia-se na opinião de uma ou mais pessoas que são fortemente conhecedoras das características específicas da população em estudo que se pretende analisar.

Porém, importa referir que a perspectiva de género não foi considerada na constituição da amostra, pois o objecto do estudo é tipo de inserção profissional que os licenciados em Sociologia estão sujeitos no mercado de trabalho moçambicano, independentemente do sexo.

Na tabela abaixo constam algumas informações referentes aos nossos entrevistados como: estado civil, habitação, salário auferido e instituição de trabalho foram organizados numa tabela.

Entrevistado	e.civil		Habitação		Salário			Instituição	
	Solteiro	Casado	Própria	Alugada	10 mil	10 a 16 mil	Mais 16mil	A.Estado	Privado
Entrevistado-1 (27/03/07)		X		X		X		X	
Entrevistado-2 (14/04/07)	X			X			X	X	
Entrevistado-3 (16/04/07)	X		X			X		X	
Entrevistada-4 (16/04/07)	X			X			X		X
Entrevistada-5 (24/04/07)	X			X		X		X	
Entrevistado-6 (30/04/07)	X		X			X		X	
Entrevistada-7 (3/05/07)	X			X		X		X	
Entrevistado-8 (11/05/07)	X			X			X		X
Entrevistado-9 (12/05/07)	X			X		X		X	
Entrevistado-10 (13/05/07)	X			X		X		X	
Entrevistado-11 (14/05/07)		X		X			X	X	

A recolha de dados decorreu na cidade de Maputo uma vez ser aí onde se encontra a residir a maioria do nosso grupo alvo, acrescido de procurarmos evitar fazer grandes deslocações, o que implicaria algumas dificuldades. As entrevistas foram realizadas num período de seis semanas de 27 de Março a 14 de Maio de 2007, pois o processo de

localização de alguns entrevistados alongou-se por mais de duas semanas, facto este devido a necessidade de sua localização.

Para a localização dos licenciados que fizeram parte da primeira turma de Sociologia, buscou-se informações no Registo Académico da FLCS com objectivo de saber quem e quantos estudantes compunham a turma, e saber quantos concluíram o curso. Das informações aí obtidas encontramos um ex-estudante que actualmente é docente no Departamento de Sociologia da FLCS. Com a lista dos demais estudantes e com a ajuda do docente foi possível obter os números de telefone e o local de trabalho de alguns.

Recorremos ao uso da Internet, particularmente o correio electrónico (e-mail) como forma de localizar os que se encontram fora de Moçambique. Entrou-se em contacto com um docente que se encontra em Portugal a fazer o mestrado, que acabou por localizar dois outros estudantes da referida turma. Após a sua localização este disponibilizou o número de telefone de um deles, o outro contacto telefónico foi disponibilizado pelo docente que fez parte da referida turma.

No entanto, para a recolha de dados foram feitas seis entrevistas directas (face-to-face) e cinco entrevistas realizadas via telefone. As entrevistas directas são aquelas que foram realizadas pessoalmente junto aos entrevistados e decorreram nos seus locais de trabalho. Já as entrevistas via telefone foram realizadas junto a aqueles que se encontravam fora da cidade de Maputo. Realizamos as entrevistas via telefone pois na altura em que fazíamos o trabalho de campo alguns entrevistados encontravam-se fora da cidade, uns por motivos académicos e outros em missão de serviço.

No que concerne as entrevistas importa referir que todas elas foram gravadas em fita cassete, com a expressa autorização dos entrevistados e seguiram a ordem do guião de entrevista. Elas decorreram da melhor forma, pois todas as questões colocadas tiveram uma resposta imediata por parte dos entrevistados.

Porém, a apresentação dos dados obtidos está organizada de acordo com os eixos que estruturam o guião de entrevistas. Importa realçar que oito entrevistados pediram o anonimato, sendo assim, optamos por codificar as entrevistas, colocando a palavra Entrevistado seguido de um número e a data da realização da entrevista. Entretanto, as respostas obtidas e julgadas importantes estão reproduzidas no corpo do texto.

V. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A apresentação dos dados foi feita de acordo com os eixos temáticos que estruturam o guião de entrevistas. Os eixos são: o processo de inserção no mercado de trabalho e a relação entre formação e inserção. Com o primeiro eixo pôde-se apreender aspectos relacionados a entrada dos licenciados no mercado de trabalho, como: tempo de espera, as dificuldades no acesso ao emprego e o modo de obtenção do emprego.

Com o segundo eixo pretendeu-se apreender aspectos relacionados com o processo de inserção e sua relação com a formação, isto é, as competências adquiridas habilitam a que tipo de inserção ou a que tipo de trabalho.

5.1 O processo de inserção no mercado de trabalho

Nós percebemos o processo de inserção profissional como aquele período que decorre entre a saída dos licenciados da Universidade e a obtenção do emprego. Ou seja, é o período intermédio da saída do sistema de ensino ou formação e a obtenção do emprego, momento em que o licenciado negocia no mercado de trabalho, a competência que adquiriu através do diploma.

Sendo assim, é difícil falar da existência de um período intermédio para a grande maioria dos entrevistados, isto é, um período em que o licenciado negocia as competências adquiridas no mercado de trabalho. Referem estes que antes mesmo da conclusão da licenciatura iniciaram a sua entrada no mercado de trabalho. Como podemos observar em seus relatos:

“Bom, dizer que na minha altura, eu praticamente quando ainda estava a escrever a minha dissertação consegui o emprego, ou seja, antes da conclusão do curso.” (Entrevistado 2 – 14/04/07)

Esta situação é reforçada por outro entrevistado:

“... eu obtive o emprego antes de terminar a formação. Já tinha feito todas as cadeiras do curso, estava a preparar a defesa.” (Entrevistada 5 – 24/04/07)

Portanto, para a grande maioria dos nossos entrevistados coloca-se a questão da delimitação do período de inserção, pois a literatura considera o período intermédio da saída do sistema de ensino ou formação e a obtenção do emprego. Há ainda, a questão da negociação das competências adquiridas no mercado de trabalho, pois a negociação é feita tendo o diploma. Como é que a negociação foi feita se ainda não haviam terminado a licenciatura? Algumas hipóteses podem ser apresentadas: (i) o facto do curso de Ciências Sociais ter sido estruturado em bacharelato e licenciatura, os entrevistados poderiam ter negociado com o diploma de bacharel; (ii) o facto dos ex-alunos terem terminado as cadeiras e terem apresentado uma declaração de cadeiras feitas. Em parte esta situação pode ser explicada pela forma como os entrevistados obtiveram seus empregos e pelas exigências do mercado de trabalho (este último aspecto é desenvolvido posteriormente).

No entanto, a entrada no mercado de trabalho inicia após a conclusão das cadeiras, no período destinado a elaboração da tese. Este é o período escolhido para sua inserção no mercado de trabalho, pois este não exige uma constante presença na Faculdade. Geralmente este é o momento dedicado à elaboração dos trabalhos de fim de curso, e há uma maior disponibilidade de tempo para outras actividades, no caso em particular, a procura de trabalho. Por outro, a entrada mesmo antes da conclusão da licenciatura resulta de oportunidades de emprego que surgiram, para alguns dos nossos entrevistados, e estes aproveitaram-nas. Como referiu nosso entrevistado:

“Dizer que surgiu uma oportunidade de emprego numa empresa quando ainda estava em formação, estava praticamente concluindo meu curso.”
(Entrevistado 10 – 13/04/07)

A entrada antes da conclusão da licenciatura leva-nos, então, à reflectir sobre o tipo de trabalho que é exercido, sendo assim, há necessidade de fazer a distinção entre emprego e profissão. Emprego²² é uma actividade remunerada e determinada que alguém se dedica enquanto profissão é um trabalho ou actividade especializada dentro da sociedade, geralmente exercida por um profissional. Tais trabalhos e actividades requerem estudos extensivos e a materialização de um dado conhecimento. No entanto, não se pode confundir com emprego ou ocupação. Posto isto, entendemos que a grande maioria dos nossos entrevistados está a exercer uma actividade remunerada, isto é, têm um emprego.

Feita essa distinção coloca-se a seguinte questão: quais as consequências dessa entrada antecipada no mercado de trabalho? Ou melhor quais as consequências de exercer uma actividade remunerada? Essa é uma questão de difícil resposta, e observar as consequências em relação aos entrevistados é difícil, mas se estes aceitaram os empregos pode ser que não haja consequências, neste caso, negativas. Entretanto, o que se pode constatar é que a formação não é devidamente aproveitada, isto é, não estão a exercer a profissão de sociólogo. Este pode ser um aspecto negativo do ponto de vista da Instituição que os forma, pois são cinco anos de formação que não estão a ser usados para os fins que foram pressupostos.

Com relação aos entrevistados que esperaram a conclusão do curso para sua entrada no mercado de trabalho seu tempo de espera foi curto, um período que não foi além dos três meses de espera. Como relatam nossos entrevistados:

“... não levei dois meses para ser admitido aqui como docente.” (Entrevistado 1 – 27/03/07)

Situação reforçada por outro entrevistado:

“... acho que fiquei uma coisa de dois a três meses não mais que isso até a obtenção do emprego.” (Entrevistada 4 – 16/04/07)

²² CORREIA, Carlos; CAMACHO, Fernando. Moderno Dicionário das 8000 palavras. 3ª ed. Lisboa: Plátano, 1988, 430p.

Portanto, importa realçar que aqueles que esperaram a conclusão da licenciatura apenas um está a exercer a profissão de sociólogo. No entanto, estes esperaram a conclusão da licenciatura para a obtenção do emprego, pois tinham em vista a continuação de seus estudos e o emprego naquele momento não era uma prioridade, por isso surgida a oportunidade seguiram para fazer o mestrado. Como referem nossos entrevistados:

“ .. após a conclusão do curso fui convidado a dar aulas [...] segui para o mestrado, eu queria dar continuidade aos meus estudos antes de ingressar definitivamente no mercado de trabalho.” (Entrevistado 11 -14/05/07)

Esta situação é corroborada por outro entrevistado:

“Após a licenciatura segui para o mestrado, tive uma proposta de emprego para ir trabalhar em Nampula, no entanto, surgiu-me uma oportunidade de fazer o mestrado que é o que eu sempre quis fazer e segui para o mestrado.” (Entrevistado 1 – 27/03/07)

Porém, assiste-se a um fenómeno que é a passagem do espaço escolar ao mercado de trabalho. Apesar de haver uma diferença no período de inserção por parte dos nossos entrevistados, o importante é que os ex-alunos enfrentam diferentes transições. A transição da escola para o emprego é um desses períodos críticos: a preparação dos jovens para a entrada na vida económica e adulta. Isto implica uma mudança de estatuto, de papel e ao nível pessoal.

O que se nota com relação aos nossos entrevistados é que este é um período com características de instabilidade, de medo, em que por vezes não há uma correspondência entre as expectativas e a realidade que encontram no mercado de trabalho. Porém, importa destacar ainda que este foi um período caracterizado por duplo medo, primeiro referente a transição da escola para o emprego, fase em que os jovens estão a preparar-se para a vida adulta; o segundo está relacionado ao facto de terem sido os primeiros a serem formados, daí o receio de serem ou não aceites no mercado de trabalho. Esta situação é descrita por nosso entrevistado:

“Foi um período caracterizado por receios, medos pois éramos os primeiros a ser formados. Não se sabia como o curso seria aceite, também pelo facto de ter que ganhar a minha mola e com um curso pouco conhecido.”
(Entrevistado 10 – 13/05/07)

Em relação as dificuldades²³ na obtenção de emprego o que se nota é que não houve nenhuma. A ausência de dificuldades na obtenção do emprego ressalta a ideia de um mercado de trabalho que absorve todos os quadros disponíveis – uma espécie de “esponja”. Mas esta característica pode não corresponder a realidade. A ausência de dificuldades pode estar ligada a outros factores, um deles é a forma como o emprego é obtido, isto é, que mecanismos são accionados para a obtenção do emprego por parte dos nossos entrevistados, no caso em particular, o uso de redes sociais de apoio.

A ausência de dificuldades também não está relacionada com o tipo de actividade a exercer no mercado de trabalho. O facto destes não estarem a exercer uma profissão não significa que não haja dificuldade para a obtenção de um emprego. A obtenção de qualquer que seja a actividade no mercado de trabalho é difícil. Nós temos que perceber como estes ultrapassaram as dificuldades.

No entanto, a ausência de dificuldades é apontada como o resultado da antecipação do processo de inserção:

“...na minha trajectória não senti dificuldades porque comecei a procurar emprego antes mesmo de terminar o curso” (Entrevistado 6 – 30/04/07).

Coloca-se aqui uma questão, qual a relação entre antecipação da entrada no mercado de trabalho e ausência de dificuldades? Este aspecto é descartado logo a partida pois é difícil estabelecer uma relação entre antecipação e ausência de dificuldades. A ausência de

²³ Definimos dificuldades na perspectiva de Bouffartigue e tal (1989), como tempo de espera (período igual ou superior a seis meses de espera este autor considera que o indivíduo está enfrentar dificuldades), o número de empregos a que indivíduo candidatou-se sem obter uma resposta positiva.

dificuldades pode ser explicado por um outro factor, por exemplo, o uso de “cunhas”²⁴ na obtenção do emprego, ou melhor de redes sociais de apoio.

Portanto, a ausência de dificuldades em parte pode ser explicada se tomarmos em consideração o sector no qual eles se inseriram. O que se constata é que a grande maioria dos entrevistados encontra-se empregue no aparelho de estado. Estes empregam-se neste sector por ser aquele onde se encontram os membros que compõem suas redes sociais de apoio.

De certo modo, a ausência de dificuldades está relacionada à forma como é obtido o emprego. O acesso ao emprego processa-se de duas formas: (redes sociais de apoio ou cunhas, e por concurso público.

A primeira forma de acesso ao emprego remete-nos à ideia de obtenção deste por meio de relacionamentos afectivos ou de amizade entre os indivíduos ou entre grupos de interesse mútuo. Isto é, para a obtenção de seus respectivos empregos estes recorrem as suas redes de conhecimentos pessoais. Já na segunda forma os empregos obtidos correspondem aos empregos ou vagas publicadas no jornal, isto é, estes demonstram um comportamento deliberado, de procura no espaço do próprio mercado de trabalho. Nossos entrevistados referem:

“...obtive o meu emprego por convite.” (Entrevistado 1 – 27/03/07)

Estrato referente a segunda forma de acesso ao emprego:

“Vi um anúncio no jornal, concorri, chamaram-me para a entrevista e consegui o emprego.” (Entrevistada 4 – 16/04/07)

Sendo assim, o modo de obtenção de emprego no mercado de trabalho está associado a lógicas e dinâmicas vigentes, e para o caso moçambicano a lógica de obtenção poderia

²⁴Cunha é um termo usado em Moçambique para se referir ao uso de influências para alcançar algum objectivo, no caso em particular, a obtenção de emprego.

denominar-se de “lógica de convite”, lógica da qual aqui nos referimos como sendo o uso de redes sociais de apoio:

“... então nós para conseguirmos o emprego, muita das vezes conseguimos via redes, e não é assim que funciona.” (Entrevistado 1 – 27/03/07)

Porém, a lógica de convite tem uma forma interessante de funcionamento, pois o indivíduo não sai a procura de emprego, nem responde a todos os anúncios que vê no jornal. São os indivíduos que fazem parte de sua rede de apoio que se encarregam da questão estabelecendo seus contactos com vista a empregá-lo. Normalmente os membros que intervêm neste processo são seus pais, tios e “amigos da família”, ou seja, amigos dos pais. Deste modo, são os indivíduos que fazem parte de sua rede que negociam as competências deste, pois são estes que se encarregam de empregá-lo.

Um aspecto que se nota em relação as redes sociais é que estas devem possuir um certo capital social no mercado de trabalho. Capital social da rede para nos referirmos ao conjunto de relações que esta estabelece com os indivíduos ou grupos que estejam no mercado de trabalho, que em caso de necessidade são accionados, no caso em particular, a obtenção do emprego. Devem ser relações com indivíduos ou grupos que detêm uma certa influência no seio de mercado de trabalho.

No entanto, o diploma (independentemente do diploma obtido) não é única variável que interfere no acesso ao emprego e ao tipo de inserção no mercado, o capital relacional da rede é também um factor preponderante. Isto quer dizer, que o capital relacional e o diploma entrecruzam-se com vista a definir o tipo de inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Por outro, isto revela a importância das redes sociais na transição da escola para o mercado de trabalho. Estas fazem o acompanhamento de seus membros que entram no mundo do trabalho pela primeira vez.

O recurso às redes sociais faz-se sobretudo no sentido vertical, pois quando estes dispõem de capital social e/ou económico para intervir, os tios, amigos dos pais. As relações de

amizades por parte dos membros são activadas quando se trata de obter o primeiro emprego. Há uma troca de favores, em que num dia recebe-se noutra dá-se. Por outro, temos que olhar para o capital relacional da rede como uma forma de capital que estes usam-no em caso de necessidade, no caso, a obtenção do emprego.

Assim sendo, esta troca de favores²⁵ é uma forma de perpetuar e manter essas redes sociais pois cada vez que se emprega um indivíduo está-se a aumentar o número de membros como também garantir a sua manutenção. Um aspecto a reter é que não podemos olhar para as redes como se fosse um “clube” em que os indivíduos candidatam-se para ser membro. As redes são constituídas por indivíduos ou entre grupos de interesse mútuo baseados em relacionamentos afectivos ou de amizade. Isto quer dizer, que somente alguns é que têm acesso à elas. Deste modo, os que não têm acesso as redes recorrem as vagas de emprego publicadas no jornal.

Entretanto, com relação aos concursos de emprego importa realçar que em alguns casos estes apenas são publicados por mera formalidade, pois estes já têm alguém para o cargo. Isto quer dizer que mesmo antes da publicação das vagas, as redes têm a possibilidade de negociar com vista a colocar algum membro, isto é, as redes influenciam de certo modo os concursos de emprego. Portanto, é preciso ter em mente que não estamos a referir que isto é valido para todos os concursos de emprego, mas sim para alguns casos, isto é, nem todos os concursos têm por detrás as redes sociais de apoio. Esta situação é descrita por um dos entrevistados:

“... na nossa estrutura burocrática a ideia de concursos públicos não está assim tão clara, definida, e não realizam-se de forma não clara [...] se existe somente existe no papel...” (Entrevistado 1 – 27/03/07)

²⁵ O homem como ser social troca favores o tempo todo em sua relações quotidianas tanto no casamento quanto na sociedade empresarial. Cede-se aqui, ganha-se ali e assim equilibram-se os pontos de vista até alcançar-se o objectivo. No entanto, com relação a obtenção do emprego acontece o mesmo em que numa dada situação é A que necessita empregar alguém mercado de trabalho recorre a B que o ajuda e num outro momento é B que solicita A e este acede porque B já fez o mesmo por ele anteriormente (Pinheiro, 2001).

É preciso esclarecer que nem todos os concursos de emprego há uma mão das redes sociais de apoio. O que se constatou é que com relação aos concursos públicos de emprego, há concursos em que *a priori* já se sabe quem vai ocupar a vaga, o anúncio publicado no jornal apenas ratifica o que já foi decidido a partir do funcionamento das redes sociais de apoio. Isto é, antes mesmo da publicação desta as redes sociais de apoio têm a possibilidade de influenciar na decisão chegando até a indicar o candidato. Mas existem aqueles concursos públicos em que não influência das redes sociais de apoio, isto é, ocupa a vaga aquele que melhor responde ao requisitos.

Este eixo apenas fornece algumas informações referentes a inserção dos nossos entrevistados, como o tempo de espera, o modo de obtenção do emprego e a existência ou não de dificuldades. Informações que em si não nos permite alcançar o nosso objectivo, sendo necessário a inclusão de outras variáveis. Dai a necessidade do eixo que aborda questões relacionadas com o processo de inserção e sua relação com a formação, ou seja, relação entre formação e inserção no mercado de trabalho.

5.2 Relação entre Formação e Inserção

Para percepção do presente eixo, partimos do pressuposto de que a articulação entre formação e inserção não se dá de forma linear, isto é, a posse de um diploma de ensino superior não assegura a entrada automática e muito menos a inserção de acordo com a área de formação.

No caso dos nossos entrevistados, a área de formação não foi a condição para que fossem admitidos, mas sim seu grau académico. O que se nota é que a qualificação dos indivíduos nem sempre é aproveitada pelos empregadores no contexto organizacional em que os indivíduos estejam inseridos. Isto quer dizer, que a qualificação, os conhecimentos e as competências adquiridas na grande maioria das vezes não é condição necessária e suficiente para as actividades laborais. Como podemos notar:

“Para o cargo que estou a exercer eles não queriam alguém com formação em Sociologia e sim alguém com o meu nível académico, no caso, a licenciatura.” (Entrevistado 11 – 14/05/07)

Apesar do mercado de trabalho ter sua lógica e dinâmica de funcionamento, não significa que o diplomado não consiga inserir-se numa actividade profissional em que a condição para a ocupação do cargo seja a formação obtida. O que acontece é que na grande maioria das vezes a área de formação é preterida pelo grau académico.

Entretanto, o mercado de trabalho já tem o perfil definido do candidato a ser admitido. Se olharmos para a área das Ciências Sociais há um padrão de exigência aos candidatos. A título de exemplo, *licenciado na área Y ou em áreas afins, bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador (Word, Excel, Power Point, Outlook), domínio da língua inglesa (falada e escrita), pelo menos 3 anos de experiência*. Esses são alguns dos elementos que sempre são exigidos aos candidatos em anúncios de emprego.

No que diz respeito ao perfil exigido é importante realçar que este é levado em consideração pelas redes de apoio, mas a rigidez na observância desse perfil depende do tipo de trabalho e do sector no qual este se insere. O que se constata é que no sector estatal há uma maior flexibilidade no cumprimento do perfil solicitado, corroborando para uma maior acção das redes sociais de apoio. Isto não quer dizer que no sector privado não haja igualmente uma flexibilidade do perfil exigido aos candidatos, mas como não foi feita nenhuma referência a este sector por parte dos nossos entrevistados não consideramos na nossa reflexão. Ainda, a título de exemplo, temos alguns anúncios ilustrativos:

Ex1: Ministério X – Precisa-se de gestor de projecto. Requisitos: nível superior em Administração pública ou área relevante das Ciências Sociais, conhecimentos de informática na óptica do utilizador, ser fluente em inglês escrito e falado, é uma vantagem, pelo menos três anos de experiência, etc. (In Notícias, terça-feira 9 Abril de 2002).

Ex2: Governo da Província Y – Precisa-se assessor. Requisitos: formação superior ou equivalente na área das Ciências Sociais, fluente na língua inglesa e conhecimentos básicos da portuguesa, conhecimentos de informática na óptica do utilizador, pelos menos 3 anos de experiências, etc. (In Diário de Moçambique, segunda-feira, 11 de Fevereiro de 2002).

Ao olharmos os requisitos acima apresentados podemos verificar que, por um lado, a área das Ciências Sociais aparece de forma genérica, sem preferência por uma área específica. Por outro lado, apenas pede-se nível ou formação superior sem especificar qual o nível pretendido, o quer dizer que alguém com o bacharelato, licenciatura, etc., pode ocupar o cargo. Se olharmos ainda para o primeiro exemplo, podemos notar que saber falar e escrever a língua inglesa já é uma vantagem, isto é, a língua inglesa aparece como o principal requisito.

Nos anúncios de vaga para o sector público publicados em jornais de grande circulação no país e que pudemos acompanhar sua divulgação no jornais durante seis meses encontramos pois uma característica comum: uma forma genérica de especificação de atributos. Facto este que pode facilitar a acção/apoio das redes sociais na obtenção do emprego.

Entretanto, o objectivo de nosso estudo não é o funcionamento/estratégias do mercado de trabalho/contratação. Mas este aspecto era de se registar uma vez que (i) a maioria de nossos entrevistados está inserido no sector estatal; (ii) a grande maioria utilizou, de uma forma ou outra, uma rede social de apoio. Em vez de centrarmos então nossa reflexão neste aspecto é importante voltarmos a focá-la no tipo de formação/competência requerida.

Das análises feitas aos anúncios de vagas publicados nos jornais Notícias e Diário de Moçambique entre Fevereiro e Agosto do ano de 2002²⁶, pode-se notar uma tendência:

²⁶ A consulta dos jornais foi feita na biblioteca do Sindicato Nacional dos Jornalistas e no Arquivo Histórico de Moçambique.

não há uma preferência numa área específica das Ciências Sociais. Isto dá entender que qualquer indivíduo independentemente do diploma obtido bacharelato/licenciatura, quando se trata das Ciências Sociais, possa dar um contributo ao sector.

Desta feita algumas questões se colocam como por exemplo, há ou não relação entre competência obtida e emprego/trabalho? Que tipo de mercado de trabalho é o moçambicano? O que podemos inferir sobre a área das Ciências Sociais, é que na grande maioria das vezes o mercado não leva em consideração a área de formação dos indivíduos e sim o seu grau académico. Ou melhor, apenas há necessidade de preencher as vagas desde que o indivíduo tenha a formação superior e isso é condição suficiente.

Logo, o que se nota é que a formação não é condição para ocupação de um cargo. Os nossos entrevistados referem que o curso ajudou-os a desempenhar as suas actividades laborais, que os conhecimentos e habilidades adquiridas ao longo do curso não deixam de ser uma ferramenta a ter em conta no exercício de suas actividades:

“... eles queriam alguém que tivesse o nível superior e não concretamente a minha formação, mas o tipo de trabalho que faço, eu trabalho com *peças vulneráveis*, com dificuldades, então alguma coisa que aprendi em relação a grupos sociais, como lhe dar com grupo de pessoas ajuda-me porque é o que tenho feito no meu dia a dia de trabalho. Aquele conhecimento que eu tive, o teórico e não só está ser-me útil nessa matéria.” (Entrevistada 4 – 16/04/07)

Esta situação é reforçada por outro entrevistado:

“Bom, a minha formação valeu, mas não foi a condição para eu ser admitido, a condição para eu ser admitido era o nível académico no caso a licenciatura, mas a minha formação ajudou durante o trabalho.” (Entrevistado 6 – 30/04/07)

Para inserção no mercado de trabalho o nível académico (independentemente do diploma obtido) é importante, mas para o exercício de suas actividades laborais cabe ao indivíduo

fazer usos das competências adquiridas durante a sua formação. A aplicação dos conhecimentos, das habilidades adquiridas durante a formação resulta da iniciativa de cada um, pois vem a necessidade de usá-los como forma de melhor exercer as suas actividades laborais.

Assim, no processo de inserção dois momentos distintos destacam-se: um corresponde a entrada no mercado de trabalho e outro que é o exercício das actividades nesse mercado. No primeiro momento o diploma aparece em primeiro plano e no segundo são as competências adquiridas é que se destacam.

Neste sentido, há outro aspecto relevante relacionado com o diploma, referiram os entrevistados trabalhadores-estudantes que a partir do momento que concluíram a licenciatura foi possível a reconversão de suas carreiras passando para uma nova categoria, e que as competências adquiridas em nada contribuíram no exercício de suas actividades laborais, o grau de licenciatura é que permitiu sim ocupar cargos de direcção e chefia, auferir um salário melhor mais de acordo com seu grau académico. O diploma obtido é relegado para o segundo plano apenas importando o grau conferido por esse diploma. Esta situação é descrita por nossos entrevistados:

“Após a conclusão e o meu retorno a educação, o curso ajudou a fazer a conversão da carreira passei para técnico superior N1 e o meu salário estava de acordo com o meu nível de formação.” (Entrevistado 9 – 12/05/07)

Esta situação é corroborada por outro entrevistado:

“Para a função que estou a exercer no momento não era necessário a formação em sociologia, mas sim o nível superior. Importa referir que para a ocupação de cargos de direcção e chefia o que se exige é o nível superior, esta é uma exigência do Tribunal Administrativo.” (Entrevistada 7 – 3/05/07)

De tudo que foi aqui referenciado, tanto pelos que entravam pela primeira vez no mercado de trabalho como por aqueles que já lá se encontravam, permite-nos constatar

que no mercado de trabalho moçambicano um licenciado, ou seja, o chamado “doutor”, é visto como aquele que é capaz de exercer qualquer função que lhe seja incumbida independentemente do diploma obtido. Porém, esta situação deve ser enquadrada no período em que nossos entrevistados inseriram-se no mercado de trabalho. Refere nosso entrevistado:

“... é o seguinte, nós estamos num sistema em que as coisas ainda não estão bem claras [...] a função técnica exige a formação mas a função de direcção e chefia neste país não funciona muito [...] até veja, porque quando eu entrei quem era responsável era um individuo que não tinha formação na área social, mas é que estava a responder por um sector social como uma função técnica [...] nas nossas instituições o licenciado é lhe indicada qualquer função..” (Entrevistado 6 – 30/04/07)

No entanto, vimos também que as instituições estatais legitimam esta prática: (i) para ocupar um cargo de direcção e chefia não importa a área de formação mas sim o grau académico; (ii) nos anúncios a área da pretendida aparece de forma genérica.

Neste ponto do trabalho é importante recordarmos da distinção que foi feita anteriormente, entre emprego e profissão. Se olharmos do ponto de vista da profissão nem todo licenciado pode exercer a função porque requer uma especialização, mais se olharmos do ponto de vista do emprego este pode ser exercido em qualquer função, pois esta não exige que individuo seja um especialista. Mas o que temos que reter é que âmbito das Ciências Sociais, o licenciado tem a possibilidade de exercer qualquer função independentemente do diploma obtido.

Ora, como já frisamos a área de formação não foi a condição para a ocupação dos cargos, mas que as competências adquiridas ajudaram no exercício das actividades laborais. Então, o curso de Sociologia em si, já é uma ferramenta? Que os conhecimentos apreendidos constituem um instrumento de compreensão das situações com que se defrontam no dia a dia no exercício de suas actividades laborais?

A estas perguntas, nossos entrevistados vêem o curso de Sociologia como uma ferramenta a ter em conta em suas actividades laborais, e olham o curso no seu todo. Para eles o curso estava dividido em várias cadeiras, as quais se conjugavam numa única direcção: a compreensão da sociedade.

Em suas actividades laborais não recorrem a cadeiras específicas, mas a todo o conhecimento apreendido durante a formação. Facto relatado por nossos entrevistados:

“...o curso dividia-se em blocos, havia várias cadeiras, mas que conjugam-se numa única coisa, que é a compreensão da sociedade.” (Entrevistado 2 – 14/0407)

Situação relembrada por outro entrevistado:

“Não tenho nenhuma ferramenta duma cadeira que eu possa indicar, mas a conjugação de todas elas e acho que a Sociologia não é para resolver um problema e sim para compreender, por isso mesmo é ela no seu todo” (Entrevistada 5 – 24/04/07)

Interessante aqui registrar que, nossos entrevistados não consideram a Sociologia como uma profissão, mas sim como uma ferramenta que os auxilia no seu dia a dia, pois a profissão é uma actividade especializada exercida por um profissional. Assim, os nossos entrevistados exercem uma actividade remunerada e não a profissão de sociólogo. Como refere nosso entrevistada:

“... é verdade que não estou numa área, numa actividade ligada a pesquisa sociológica ou qualquer coisa parecida em possa que dizer que esteja a exercer a profissão de socióloga [...] mas faço uso de alguns conhecimentos apreendidas durante a formação.” (Entrevistada 4 – 16/04/07)

Isto não quer dizer que a Sociologia não seja uma profissão entanto que tal mas que os nossos entrevistados ao exercerem uma actividade laboral, não estão em exercício

enquanto sociólogos. Neste sentido e relembrando, a área de formação não foi o elemento determinante para a ocupação do cargo, então como exercer uma profissão se para ocupação do cargo a formação não foi o elemento determinante.

O importante é que para os nossos entrevistados o curso de Sociologia é uma área do conhecimento que possui uma grande abrangência²⁷. Os conhecimentos adquiridos dão uma versatilidade aos indivíduos, por mais que a área de formação não tenha sido a condição para sua inserção no mercado de trabalho. É possível fazer uso das competências adquiridas em suas actividades laborais. Em áreas referentes ao social um formado em Sociologia tem a possibilidade de melhor utilizar as competências apreendidas. Entretanto, não se deve esquecer que a área de emprego é um elemento a ter em conta no uso das competências adquiridas. como refere um dos entrevistados:

“... muitas vezes a área de emprego é vai determinar quais os elementos fundamentais que nós temos que levar em consideração para podermos ser eficientes na área.” (Entrevistado 6 – 30/04/07)

A apresentação dos dados permitiu-nos constatar que a grande maioria dos licenciados em Sociologia não negocia as competências adquiridas no mercado de trabalho, principalmente aqueles que obtiveram seus empregos por meio de redes sociais apoio. Isto quer dizer que quem se encarrega da “negociação” são os indivíduos que fazem parte da rede social. Portanto, somente alguns licenciados em Sociologia chegam a negociar no mercado de trabalho as competências adquiridas.

Enfim, que para inserção no mercado de trabalho o nível académico (independentemente do diploma obtido) é importante, mais para o exercício de suas actividades laborais o licenciado faz uso das competências adquiridas durante a sua formação.

²⁷ Vimos no problema de estudo que as competências adquiridas por este profissional dão a possibilidade exercer várias actividades, no mercado de trabalho, inerentes a área social.

5.3 Interpretação dos Dados

O processo de inserção profissional é complexo, e não existe um padrão do período exacto de seu início. Os indivíduos iniciam este processo no momento que acham que deve fazê-lo, mas desde que tenham como negociar as suas competências, seja individualmente seja através da rede social de apoio. Isto mostra-nos que a inserção profissional é um processo dinâmico que caracteriza a passagem do sistema educativo ao mercado de trabalho.

No entanto, em relação aos licenciados em Sociologia entrevistados pode-se identificar três grupos cuja inserção é feita em momentos distintos:

- O primeiro grupo é dos trabalhadores estudantes que mesmo antes de ingressarem para o curso já estavam inseridos no mercado de trabalho, e que beneficiaram de um progresso na carreira após a conclusão do curso;
- No segundo grupo fazem parte os estudantes que antes mesmos da conclusão da licenciatura iniciaram sua entrada no mercado de trabalho;
- O terceiro grupo é composto por aqueles que iniciaram a entrada no mercado de trabalho após a conclusão da licenciatura.

Assim, os licenciados como actores de sua própria inserção eles iniciam este processo de acordo com aqueles que são seus objectivos, suas expectativas, daí o facto de termos esses momentos distintos de entrada no mercado de trabalho. No entanto, apesar de haver alguma coincidência no momento de entrada no mercado de trabalho estes não constituem um grupo homogéneo, porque estes não partilharam informações, nem discutiam sobre qual o momento de entrada no mercado de trabalho.

Portanto, deve-se rejeitar a hipótese de uma racionalidade única compartilhada por estes actores quanto a inserção no mercado de trabalho. nem se pode reduzir os percursos de

inserção dos licenciados em Sociologia a uma racionalidade inteiramente económica, como se pode notar:

“... sempre quis leccionar [...] quando terminei o bacharelato candidatei a monitoria pois havia terminado distinção e como sabe para ser monitor há uma série de requisitos [...] ter nota 14 ou acima disso [...] esta é uma prática da instituição ...” (Entrevistado 3 – 16/04/07)

Então, em todos os casos, a transição do sistema de ensino ao mercado de trabalho deve ser entendida dentro daquilo que são os objectivos, as expectativas de cada um dos actores (Dubar, 2001: 32). Mas isso não significa que o processo de inserção profissional esteja submisso a condutas individuais. Isto é, o licenciado em Sociologia insere-se no mercado de trabalho no momento que acha conveniente e de acordo com seus objectivos, mas o faz dentro das lógicas de inserção socialmente construídas.

Deste modo, a forma como os licenciados em Sociologia obtêm seus empregos está dentro daquilo que são as lógicas de inserção vigentes no mercado de trabalho. Isto é, deve-se olhar para inserção profissional deste grupo dentro das dinâmicas e lógicas de obtenção de emprego no mercado de trabalho moçambicano, no caso, a lógica das redes sociais de apoio e por concurso publico.

Lembrando, o processo de inserção profissional é caracterizado por três momentos que são: a inserção profissional, inserção social e integração. Mas no caso dos licenciados em Sociologia o processo foi caracterizado por dois momentos, a inserção profissional e a integração, isto é, não passaram por dificuldades no seu processo de inserção profissional. A redução deste processo a dois momentos deveu-se as estratégias adoptadas por estes com vista a obtenção do emprego.

Assim sendo, a transição do sistema de ensino para o mercado de trabalho é estruturado por estratégias dos actores sociais que se apresentam num contexto histórico e institucional determinado, mas que possui sua própria lógica e eficácia. No entanto, estes

com vista a sua inserção profissional, sua integração no mercado de trabalho adoptam diferentes estratégias, estas que se enquadram dentro daquilo que é o *modus operandis* deste mercado, pois o que está em jogo é a obtenção de um emprego. Como podemos notar:

“... entrei para aqui onde estou a trabalhar como voluntário [...] pois quis usar o meu tempo de forma útil [...] mais tarde é que candidatei-me para ser funcionário do quadro [...] disponibilizaram vagas para aqueles que haviam exercido o trabalho de voluntário” (Entrevistado 8 – 11/05/07).

De certo modo, o voluntariado referenciado por nosso entrevistado é umas das estratégias de inserção no mercado de trabalho. No momento de contratação, a vaga existente foi dada para aquele que havia exercido trabalho voluntário na instituição. O anúncio no jornal veio apenas ratificar o já decidido.

O recurso a redes é outra estratégia adoptada por estes com vista a sua inserção no mercado de trabalho. Vejamos:

“... então nós para conseguirmos o emprego, muita das vezes conseguimos via redes...” (Entrevistado 1 – 27/03/07)

Ora, os indivíduos agem baseados numa racionalidade instrumental²⁸ de modo a conceber os meios com vista alcançar seu objectivo. Assim, o actor tenta realizar a concepção que tem dos seus interesses numa sociedade concebida “como” um mercado. A identidade é um recurso, um meio para atingir determinados objectivos num mercado concorrencial, mercado entendido não só do ponto de vista económico, mas em todos os níveis que compõem actividades sociais (Dubet, 1994: 113).

²⁸ Segundo Simon (1979) o modelo de racionalidade instrumental é representado pela economia clássica e tem como pressupostos básicos a suposição de que os indivíduos normalmente agem como empreendedores maximizadores, os quais tomam decisões através de um processo passo a passo, o qual se caracteriza como lógico ou linear, de acordo com objectivos e metas, ou meios e fins.

Os entrevistados recorrem ao uso de sua identidade com vista a obtenção do emprego, pois ao accionar os membros de sua rede de apoio. Eles se dirigem àqueles que detêm uma certa posição no mercado de trabalho, e que de certo modo, facilita a sua entrada neste mesmo mercado. Eles fazem uso das oportunidades e dos recursos disponíveis nessa posição.

A antecipação da entrada no mercado de trabalho é outra estratégia adoptada com vista a obtenção do emprego, como referiu um dos entrevistados:

“... comecei a procurar emprego antes mesmo de terminar o curso”
(Entrevistado 6 – 30/04/07).

Porém, o facto de ter concluído o bacharelato com distinção é também uma estratégia, pois nosso entrevistado sabia que para poder alcançar seu objectivo teria que responder ao principal requisito exigido pela instituição, que é ter nota igual ou superior a 14 valores.

Ao adoptarem diferentes formas de estratégias com vista a obtenção do emprego, os licenciados vão construindo os “mundos de inserção” permitindo também a coordenação dos actores já inseridos no mercado de trabalho (Dubar, 1999). Portanto, cada licenciado vai construindo seu processo de inserção ao procurar inserir-se no mercado de trabalho, ou seja, ao adoptar sua estratégia de obtenção de emprego. Deste modo, são construídos vários “mundos de inserção”, mas estes mundos enquadram-se dentro de um espaço mais amplo, dentro daqueles que são as dinâmicas de funcionamento, às lógicas de obtenção de emprego, no mercado de trabalho moçambicano.

Os licenciados em Sociologia não agem de forma estratégica somente com vista a sua inserção no mercado de trabalho, isto é, a obtenção de um emprego. Eles agem de forma estratégica quando fazem uso das competências adquiridas com vista ao exercício de suas actividades laborais, isto é, quando buscam algum conhecimento aprendido durante a formação como forma de melhor exercer sua actividade.

Segundo Dubet (1994: 123) a estratégia implica uma racionalidade instrumental, um utilitarismo da própria acção que visa conceber os meios para as finalidades pretendidas nas oportunidades abertas pela situação. Isto não significa que o indivíduo “em si” possa ser considerado como um átomo utilitarista que mede os custos e os ganhos esperados, mas que ele se põe nesta posição ao interpretar a situação a partir desta perspectiva.

Deste modo, a aplicação dos conhecimentos, das habilidades adquiridas durante a formação resulta da iniciativa destes pois vêem a necessidade de usá-los como forma de melhor exercer as suas actividades laborais. Portanto, não é a entidade empregadora que indica qual/quais os conhecimentos deve fazer uso, mas estes como agem baseados numa racionalidade instrumental, recorrem àqueles que permitem atingir seus objectivos, no caso, o exercício de suas actividades laborais.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, nos propusemos analisar o tipo de inserção conseguido pelos licenciados em Sociologia, em especial os licenciados da turma de 2000 da Universidade Eduardo Mondlane. Este foi o primeiro grupo de sociólogos a ser formado pela UEM e os primeiros em Moçambique, isto é, procuramos compreender qual a competência dada a este profissional que o habilita ao mercado de trabalho, e encontramos uma dinâmica de inserção profissional que pressupõe estratégias distintas.

A hipótese de que a inserção profissional dos licenciados em Sociologia não está determinada única e exclusivamente pelas competências obtidas, mas pelas exigências do mercado de trabalho, foi confirmada. Os dados obtidos no campo mostram que para inserção no mercado de trabalho o nível académico, independentemente do diploma obtido, é elemento determinante.

Salientar que a grande maioria dos licenciados em Sociologia iniciou sua entrada no mercado de trabalho antes mesmo da conclusão do curso e, os outros, inseriram-se no mercado após a conclusão deste, sem longa espera. A entrada no mercado de trabalho antes da conclusão da licenciatura não influenciou no tipo emprego, pois mesmo aqueles que esperaram a conclusão do curso obtiveram uma actividade laboral sem relação directa com a formação obtida (ou seja, um emprego).

E o sector estatal emerge como a principal área onde os licenciados em Sociologia se encontram a trabalhar. E a inserção no mercado de trabalho ocorreu sem sobressaltos, ou seja, não houve dificuldades. Este facto está aliado a forma como estes obtiveram os seus empregos, pois a grande maioria (cerca de 70%) os obteve directamente por meio de redes sociais de apoio e 15% por concurso público.

Pudemos apreender que em relação aos concursos públicos, há concursos em que *a priori* já “se sabe quem vai ocupar a vaga”, o anúncio publicado no jornal apenas ratifica o que já foi decidido a partir do funcionamento das redes sociais de apoio. Isto é, antes mesmo

da publicação desta as redes sociais de apoio têm a possibilidade de influenciar na decisão, chegando até a indicar o candidato. Mas existem aqueles concursos públicos em que não há influência das redes sociais de apoio, isto é, ocupa a vaga aquele que melhor responde ao requisitos.

Constatamos também que para aqueles que obtiveram seus empregos com recurso às redes sociais de apoio quem faz a “negociação” de suas competências são os membros da rede, isto é, são estes que se encarregam de empregá-lo. Poderíamos até dizer que este é colocado ou indicado a exercer um dado cargo. Assim sendo, somente 15% dos licenciados em Sociologia é que chega a negociar as competências adquiridas, no caso, os que obtiveram o emprego via concurso. E, para ambos os casos, para inserção é o nível acadêmico, independentemente do diploma obtido, que constitui o elemento determinante. Deste modo, chega-se a conclusão de que o que é negociado é o grau acadêmico obtido através do diploma.

Portanto, é preciso esclarecer que não se pretende afirmar que um diplomado não consiga inserir-se numa actividade laboral em que a condição para a ocupação do cargo seja a formação obtida. O que acontece é que na grande maioria das vezes a área de formação é preterida pelo grau acadêmico. Os dados colhidos no campo mostram essa tendência em que se privilegia o grau acadêmico em detrimento da área de formação.

Todavia, apesar da área de formação não ser a condição para a ocupação dos cargos, as competências adquiridas ajudam no exercício das actividades laborais. O curso de Sociologia é visto como sendo uma ferramenta, um instrumento de compreensão das situações com que se defrontam, no dia a dia, no exercício das actividades laborais.

Apesar de não estarem a exercer a profissão de sociólogos, os licenciados em Sociologia valorizam os conhecimentos adquiridos durante a sua formação no exercício de suas funções. Cada um tem a possibilidade de fazer uso de suas competências, não se esquecendo que a área de emprego é um elemento a ter em conta no uso das competências adquiridas. Para o exercício de suas actividades laborais estes recorrem àquele conhecimento teórico apreendido que melhor se adequa à sua actividade.

Um aspecto interessante que foi possível apreender é que nos anúncios de vaga publicados nos jornais, a área das Ciências Sociais aparece de forma genérica, isto é, não há especificação por uma área (Antropologia, Sociologia, Administração Pública, etc.). Dá-se entender que não existem diferenças entre os diversos ramos das Ciências Sociais.

Verifica-se ainda que não existe uma relação entre as competências adquiridas e emprego/trabalho, pois na grande maioria das vezes o mercado não leva em consideração a área de formação dos indivíduos e sim seu grau académico. Deste modo, no mercado moçambicano um licenciado, ou seja, um “doutor”, é visto como aquele que é capaz de exercer qualquer função que seja incumbida independentemente do diploma obtido.

Assim, pode-se ser responsável por uma actividade em que pouco tem haver com a formação, como se o diploma “funciona-se” como salvo-conduto. Mas se olharmos de um ponto de vista académico cada área de formação tem sua área de abrangência, seus limites, suas metodologias, etc. Até ao momento não existe um curso universitário abrangente ao ponto de permitir ao diplomado exercer qualquer que seja a função no mercado de trabalho.

É importante realçar que as constatações aqui apresentadas, não podem ser generalizadas para todos os grupos de licenciados em Sociologia. Nossa reflexão dirige-se à um grupo específico, à um mercado de trabalho particular e num determinado espaço e tempo.

Finalmente, gostaríamos frisar que no processo de inserção profissional dos licenciados em Sociologia pode-se destacar dois momentos distintos: um que corresponde a entrada no mercado de trabalho e outro que é o exercício das actividades nesse mercado. No primeiro momento o diploma aparece em primeiro plano e no segundo são as competências adquiridas é que se destacam.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Mariana Gaio. A inserção profissional de diplomados do ensino superior numa perspectiva educativa. Lisboa: Cedefop, 2003, p. 31-44.

_____. "Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, mestres e doutores", In: Interacções. Vol. I, Nº 1. Lisboa: Cedefop, 2005, p. 179-201.

ALVES, Natália. "Os jovens e o mundo de trabalho: desemprego e Inserção profissional", In: Actas do II Congresso Português da Sociologia. Vol I. 1993.

BOUFFARTIGUE P., LAGRÉE J.-C., ROSE J. "Jeunes : de l'emploi aux modes de vie. Points de vue sur un champ de recherche", In: Formation et Emploi. Nº 26, Avril-Juin, 1989, p. 63-75.

BERGER, Peter L. Perspectivas Sociológicas: Uma visão humanística. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, 202p.

BLAUG, Mark. "Where are we now in the economics of education?" In: M. Blaug, The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited, 1995, p. 212-222.

_____. Introdução à Economia da Educação. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

BOURDIEU, Pierre. "O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução", In: Escritos de Educação. orgs. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, Ed. Vozes, Petrópolis, 1998a.

_____ “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”
In: Escritos de Educação. orgs. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, Ed. Vozes, Petrópolis, 1998.

BULLE, N. Sociologie et Éducation. Paris: PUF, 2000, 145p.

Charlot, B., & Glasman, D. Introduction. In: B. Charlot, & D. Glasman. Les jeunes, l’insertion, l’emploi. Paris: PUF, 1998, p. 11-26.

DAHL, R; LINDBLOM, C. Politics, economics and welfare. New York: Harper, 1953, 258p.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Rio de Janeiro: Caderno de Pesquisa, nº 115, 2002, p. 139-154.

DUBAR, Claude. “La construction sociale de l’insertion professionnelle”, In: Éducation et Sociétés. Paris: CNRS, 2001, p. 23-36.

_____. “Reflexions sociologiques sur la notion d’insertion”, In: Bernard Charlot et Dominique Glasman. Les jeunes, insertion, employ. Paris: PUF, 1999, p. 29-37.

Dubar, C. & Demazière, D. (éds.). L’insertion professionnelle des jeunes de bas niveaux scolaires. Trajectoires biographiques et contextes structurels. Documents synthèse no 91. Marseille: Centre d’études et de recherches sur les qualifications, 1994.

DUBET, François. Sociologia da Experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 100-137.

ETZIONE, Amitai. Organizações Modernas. 8ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989, 163p.

FERNANDES, Reynaldo. "Mercado de trabalho não regulamentado: participação relativa e diferenças salariais", In: Pesquisa e Planejamento económico. Vol. 26, Nº 3. São Paulo: IPEA, 1996, p. 18-42.

FLEURY, Maria Tereza; FLEURY, Afonso. "Construindo o conceito de competência", In: Revista de Administração Contemporânea. Edição especial. São Paulo: Atlas, 2001, p. 183-196.

FRAZIS, H. Human capital, Signaling and the pattern of returns to education. In: Oxford Economic Paper, 2002, p. 298-320.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000, 745p.

JENCKS, Christopher. Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America. New York: Basic Books, 1972, 399p.

LE BOTERF, G. "De la competence – essai sur un attracteur étrange", In: Les éditions d'organisations. Paris: Quatrième Triage, 1995.

Marques, Ana Paula e Veiga, Carlos Veloso "Inserir a sociologia na profissão: uma sociologia permanente?", In: Cadernos do Noroeste. Vol. 5 (1-2), Lisboa: Fragmentos 1992, p. 75-85.

Mansuy, M. Transitions entre le système éducatif et la vie active: chiffres clés sur la formation professionnelle dans l'Union européenne. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes, 2001.

MINAYO, M.C.S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONTLIBERT, Christian. "La professionnalisation de la Sociologie et se limites" In: *Revue Française de Sociologie*. Nº 2, Paris: UHarmattan, 1982, p. 37-53.

NETTO, António Garcia de Miranda et al. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1986, 1422p.

NORONHA, Eduardo G. "Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.18 nº. 53, São Paulo, Oct. 2003

PINHEIRO, Daniela. Ah, que delícia de trabalho: Requisitadíssimos, colunistas sociais agradam a seu público – e recebem retribuição à altura. Rio de Janeiro: Ed. 1724, 31 de Outubro de 2001.

PINTO, C. *Sociologia da Escola*, Lisboa, Mc Graw Hill, 1995.

ROSE, J. *En Quête d'Emploi: Formation, Chômage, Emploi*. Paris, Éditions Económica, 1997.

SAINSAULIEU, Renaud. "Le métier de sociologue en pratiques", In: M. Legrand et al. *La Sociologie et ses métiers*. Paris: UHarmatlan, 1995.

SIMON, H.A. "Rational decision making in business organizations" In: *The American Economic Review*. September, 1979.

SPENCE, M. Job Market Signaling. In: *Quarterly Journal of Economics*, 1973, p. 355-374.

_____ Market Signaling: Informational transfer in hiring and related screening processes. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

VERNIÈRES, M., L'Insertion Professionnelle: Analyses et Débats. Paris, Éditions. Económica, 1997.

VINCENS, J. "L'insertion professionnelle des jeunes: à la recherche d'une définition conventionnelle", In: Formation et Emploi. n° 60, Outubro-Dezembro, 1997, p. 21-36.

WHITEHEAD, A.K. Screening and Education: A theoretical and Empirical survey. In: British Review of Economic Issues, 1981, p. 44-62.

ANEXOS

Anexo – 1:

GUIÃO DE ENTREVISTAS

Perfil sócio-económico do Inquirido:

1. Sexo:

Homem.....

Mulher.....

2. Idade:

22 a 27 anos.....

27 a 34 anos.....

34 a 45 anos.....

3. Estado civil:

Solteiro/a Casado/a Divorciado/a Vive maritalmente Viúva/a

4. Bairro de residência:

5. Tipo de habitação ou moradia em que vive?

Flat: tipo 1 tipo 2 tipo 3

Vivenda.....

Caniço.....

6. A casa em que vive é:

Própria.....

Alugada.....

7. A renda mensal:

6000 Mt a 10000 Mt.....

10000 Mt a 16000 Mt.....

Mais de 16000 Mt.....

Processo de inserção no mercado de trabalho:

Quanto tempo esperou até a obtenção do emprego?

Caso tenha sentido dificuldades na obtenção de emprego indique qual(is)?

De que modo conseguiu o seu emprego?

Relação entre Formação e Inserção:

Para sua ocupação actual era necessário a formação em sociologia?

O curso de sociologia lhe habilitou a desempenhar a sua actual actividade?

Como o curso lhe habilitou a desenvolver a sua actividade?

Anexo – 2:

EXTRACTOS DE ENTREVISTAS

Entrevistado – 1

Eu penso que uma das coisas que dificulta o acesso ao emprego, estou a falar por parte das pessoas formadas em sociologia é a ignorância de muitos sobre o que é isso de sociologia, o que é que um sociólogo faz. E sendo essas pessoas ignorantes em relação aquele que é o papel do sociólogo na nossa sociedade ou na empresa, em qualquer que seja a instituição dificilmente o admitem. E aliado a isso o facto de como já dizia o Jean Piaget nós estudamos um objecto do qual todos se julgam competentes para analisar. Porque vou admitir um sociólogo se eu também interpreto a realidade. São estas questões que eu penso algumas que dificultam o acesso ao emprego a um sociólogo.

Por outro lado, na nossa estrutura burocrática a ideia de concursos públicos não está assim tão clara, definida, e não realizam-se de forma não clara. Se existe, somente existe no papel, então nós conseguimos o emprego muitas vezes por via de redes. Não é.

Entrevistada – 4:

Ajudou na medida em que o tipo de trabalho que eu faço de qualquer forma, eu trabalho com pessoas vulneráveis, com dificuldades, pobres, então de alguma coisa que aprendi em relação a grupos sociais como lhe dar com grupo de pessoas ajudou porque é o que tenho feito no meu dia a dia de trabalho. Aquele conhecimento que eu tive o teórico e não só é que está a ser-me útil nessa matéria. De uma forma geral a minha formação ajuda, sim ajuda é verdade que não estou numa área, não estou a fazer uma actividade ligada a uma pesquisa sociológica ou qualquer coisa parecida, mas acaba ajudando porque trabalho com pessoas, e prontos nós aprendemos como lhe dar com esse tipo de acções.

Entrevistada – 5:

Uma cadeira em especial que me ocorra não porque não sei como está estruturado o curso de sociologia e como estava estruturado na altura que eu fiz o curso, eu fiz em 2002, daquilo que eu percebia do curso dava compreensão do todo. O curso dividia-se em blocos, havia várias cadeiras, mas que conjugava-se numa única coisa, que era compreensão da sociedade entanto que tal. Lembro-me que fiz no terceiro ano Introdução a Administração Pública acho que aquela cadeira provavelmente comparando com outras de sociologia parecia mais táctica e na sociologia nós não tínhamos cadeiras técnicas que eu possa dizer que eu vou transportar para aqui e me orientasse. Eram mais cadeiras de compreensão, havia Identidades, Sociologia do Desenvolvimento até esta ultima si podia pois é o desenvolvimento de recursos humanos. Mas não tenho nenhuma ferramenta numa cadeira que eu pudesse indicar, mas a conjugação de todas elas e acho que sociologia talvez na altura em a gente aprendeu era assim mesmo não é para resolver um problema é para compreender um problema. Por isso mesmo é ela no seu todo.

Entrevistado – 6:

É o seguinte, nós estamos num sistema que as vezes, a função técnica exige a formação, mas a função de direcção e chefia neste país não funciona muito. Então valeu eu ter entrado quando havia essa vaga. Mas não porque minha a formação, pois eu entrei como técnico e depois passei a ser coordenador não é pelo facto de ter a formação nessa área, até veja, porque quando eu entrei quem era responsável dessa área um individuo que não tinha formação na área social, mas é que estava a responder por um sector social como uma função técnica. Então, nas nossas instituições o licenciado é lhe indicada qualquer função. A função técnica, aliás a formação, as vezes a função que a pessoas desempenha não tem nada haver com a formação, mas para o meu caso vale a formação, aliás a função que estou a desempenhar agora exige mesmo a formação que eu tenho.

Entrevistada – 7:

Referi-me anteriormente que o curso ajudou-me mas na minha ascensão profissional, por outro lado, eu já trabalho nesta instituição a mais ou menos 24 anos e esses anos aqui na instituição pude apreender como funciona a instituição. Eu trabalho num gabinete e numa área em que dificilmente posso aplicar os meus conhecimentos apreendidos durante a minha formação em sociologia, apesar da instituição estar virada para o campo. Se estivesse noutra área sim, faria uso dos conhecimentos apreendidos. A nossa instituição necessita de sociólogos e antropólogos para o trabalho no campo. Na área de produção que é a minha dificilmente ou quase impossível fazer o uso da minha formação.